

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – BALANÇO GERAL DAS CONTAS DO ESTADO**
- 2 – ATAS**
  - 2.1 – Reuniões de Comissões
- 3 – ORDENS DO DIA**
  - 3.1 – Plenário
  - 3.2 – Comissões
- 4 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
  - 4.1 – Comissões
- 5 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 7 – ERRATAS**



## BALANÇO GERAL DAS CONTAS DO ESTADO

### PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO

Por determinação do presidente da Assembleia, em atendimento ao disposto nos arts. 216 e 217 do Regimento Interno, publicam-se o parecer prévio do Tribunal de Contas e os documentos referentes ao processo de prestação de contas do governador do Estado relativas ao exercício de 2015, encaminhados por meio do Ofício nº 13/2017, nos *links* a seguir:

#### Relatório técnico do TCEMG – Macrogestão e Contas do Governo 2015

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/187/72/1187072.pdf>

#### Defesa do Executivo – Balanço Geral do Estado 2015

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/187/78/1187078.pdf>

#### Análise da Defesa do Executivo – Macrogestão e Contas do Governo 2015

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/187/73/1187073.pdf>

#### Parecer do Ministério Público de Contas – Balanço Geral do Estado 2015

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/187/76/1187076.pdf>

#### Reexame do Tribunal de Contas – Balanço Geral do Estado 2015

(Análise da complementação da defesa do Executivo)

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/187/77/1187077.pdf>

#### Reexame do Ministério Público de Contas – Balanço Geral do Estado 2015

(Análise da complementação da defesa do Executivo)

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/187/75/1187075.pdf>

**Parecer Prévio do Tribunal de Contas – Notas Taquigráficas – Balanço Geral do Estado 2015**

<https://mediaserver.almg.gov.br/acervo/187/74/1187074.pdf>

**ATAS****ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ACERTO DE CONTAS ENTRE MINAS E A UNIÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 26/6/2017**

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rogério Correia e Geraldo Pimenta (substituindo o deputado Tadeu Martins Leite, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a importância dos movimentos sociais nas discussões sobre o acerto de contas entre o Estado e a União e o impacto da perda da receita tributária ocasionada pela desoneração do ICMS promovida pela Lei Kandir. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Nathália Ramos, membro do Levante Popular da Juventude, representando Júlia Louzada de Souza, membro da Coordenação Nacional do Levante Popular da Juventude; Maria Júlia Gomes Andrade, integrante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM; Marcelino da Rocha, presidente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB – no Estado; Luana Kathleen Paiva Ramalho, presidente da União Estadual dos Estudantes do Estado de Minas Gerais – UEE-MG; e Késsia Cristina Teixeira, representante da União Colegial de Minas Gerais – UCMG; e os Srs. Renato Barros, membro da Mesa Diretora do Conselho Estadual de Saúde, representando o vice-presidente do conselho; Lindolfo Fernandes de Castro, presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual, Fiscais e Agentes Fiscais de Tributos do Estado de Minas Gerais – Sindifisco-MG; Nei Zavaski, dirigente estadual do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, representando o dirigente nacional da entidade; Jefferson Leandro Teixeira da Silva, coordenador-geral do Sindieleiro de Minas Gerais; Joceli Jaison José Andrioli, dirigente nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; e Rafael Leal dos Santos Pegado, membro da União Juventude Socialista. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, um dos autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 8.825/2017, dos deputados Rogério Correia e Geraldo Pimenta, em que requerem seja realizada visita ao governador do Estado para reforçar o apoio ao acerto de contas entre Minas e a União e entregar as notas taquigráficas da audiência pública realizada em 26/6/2017, com os movimentos sociais, bem como o documento elaborado por esses movimentos referente aos pleitos levantados na referida audiência. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2017.

Tadeu Martins Leite, presidente – Arnaldo Silva – João Magalhães.

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/8/2017**

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Carlos Henrique, Ulysses Gomes e João Magalhães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por

aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Heberth Percope Seabra (2) e Rômulo Machado Nogueira, gerentes de filial da CEF (24/8/2017), e Anselmo Vasconcellos Neto, presidente do Sindac (26/8/2017). A presidência comunica, também, que a comissão está recebendo requerimentos de comissão via protocolo eletrônico pelo Silegis. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 1.600/2017, no 1º turno (Carlos Henrique) e Projeto de Resolução nº 46/2017, no turno único (Ulysses Gomes). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são rejeitados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: dos Projetos de Lei Complementar nºs 7/2015 (relator: deputado Carlos Henrique) e 27/2017 (relator: deputado Ulysses Gomes, em virtude de redistribuição); e do Projeto de Lei nº 1922/2015 (relator: deputado Ulysses Gomes). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2017.

Cássio Soares, presidente – Ivair Nogueira – Tito Torres – Felipe Attiê.

#### **ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 31/8/2017**

Às 14h32min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Noraldino Júnior, Geraldo Pimenta e Roberto Andrade (substituindo o deputado Leandro Genaro, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.312/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao Instituto de Arquitetos do Brasil em Minas Gerais e ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – Crea-MG – pedido de providências para que instrua seus associados para que não utilizem vidros e estruturas espelhadas em seus projetos com o intuito de se evitar a colisão de aves;

nº 9.313/2017, dos deputados Noraldino Júnior e Geraldo Pimenta, em que requerem seja encaminhado à presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama – voto de congratulações pelo lançamento do informe técnico “Gestão de Conflitos com Animais Silvestres em Centros Urbanos”, elaborado pela equipe do superintendente Marcelo Belisário Campos;

nº 9.314/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei Federal nº 6.268/2016, que trata da regulamentação do manejo e do controle da caça de animais silvestres;

nº 9.315/2017, do deputado Antônio Jorge, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Segurança Pública pedido de informações sobre as ações e medidas tomadas pelos órgãos vinculados a essa pasta no que tange ao episódio do policial militar que atirou em um cavalo no Município de Coronel Murta;

nº 9.408/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a importância da castração pediátrica de animais domésticos;

nº 9.438/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Saúde para debater a relação da saúde e da causa animal com a saúde pública;

nº 9.439/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para que se ampliem os centros municipais de castração de animais, expandindo-se a oferta do serviço para todas as regionais;

nº 9.440/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater o uso das charretes como atrativo turístico em Tiradentes e a violência praticada contra ativistas protetores dos animais por condutores de charretes;

nº 9.566/2017, do deputado Noraldino Júnior, em que requer a V. Exa. seja realizada reunião com convidados da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais para debater a saúde única e as políticas públicas para animais;

nº 9.658/2017, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Ouro Branco para debater as políticas públicas de controle populacional de cães e gatos e a conscientização sobre a guarda responsável de animais domésticos descrita na Lei nº 21.970, de 2016.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2017.

Noraldino Júnior, presidente – Tadeu Martins Leite – Vanderlei Miranda.

#### **ATA DA 2ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE CULTURA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/9/2017**

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco e Durval Ângelo (substituindo a deputada Rosângela Reis, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Marília Campos. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir, em debate público, o Projeto de Lei nº 4.450/2017, de autoria do governador do Estado, que Institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Magdalena Rodrigues, atriz, presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões de Minas – Sated/MG –, vice-presidente do Conselho Estadual de Política Cultural – Consec – e representante da sociedade civil no Comitê de Representação do Fórum Técnico Plano Estadual de Cultura, e Ivana Mascarenhas e Abreu, assessora da Superintendência de Fomento e Incentivo à Cultura da Secretaria de Estado de Cultura e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, e os Srs. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura; João Batista Miguel, secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Cultura; Aníbal Henrique de Oliveira Macedo, chefe da Representação Regional do Ministério da Cultura em Minas Gerais; Bernardo Novais da Mata Machado, pesquisador, historiador, cientista político e diretor de Cultura, Turismo e Economia Criativa da Fundação João Pinheiro; Juca Ferreira, secretário de Cultura de Belo Horizonte e ministro de estado da Cultura nos períodos de 2008 a 2010 e 2015 a 2016; João Miguel, secretário adjunto da Secretaria de Estado de Cultura; Paulo de Moraes, jornalista, mestre em gestão pública e sociedade pela Universidade Federal de Alfenas, fundador da Associação Cultural Viraminas de Três Corações e pesquisador e militante da Rede de Pontos de Cultura no Brasil e na América Latina; José Oliveira Junior, consultor da Unesco/MinC para a implantação do Sistema Nacional da Cultura em Minas Gerais (2012-2013), pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural, professor convidado da Uemg e assessor da Agenda 21 da Cultura, e Geraldo Lafaiete, secretário de Cultura de Conselheiro Lafaiete e produtor cultural. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a

finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2017.

Bosco, presidente – Elismar Prado – Carlos Pimenta.

#### **ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/9/2017**

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Felipe Attiê e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Felipe Attiê, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater e propor soluções para o grave problema, que vem lesando o consumidor, da cobrança indevida do ICMS sobre a totalidade do valor das contas de energia elétrica. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* do Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, secretário de Estado de Fazenda, e da Superintendência de Coordenação do Relacionamento com Agentes Públicos da Cemig, justificando suas ausências na reunião. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Chelara Nunes de Freitas, superintendente do Procon de Uberlândia, e Natália Ludmila Pereira Cândido, advogada do Procon de Contagem; e os Srs. Luis Márcio Viana, diretor-executivo do Sindicato da Indústria Mineral do Estado de Minas Gerais – Sindiextra –, representando o presidente da entidade; Amauri Artimos da Matta, coordenador do Procon Estadual de Minas Gerais; Marco Antônio Gaspar, vice-presidente da CDL; e Pedro Aurélio Conde Baêta da Costa, assessor jurídico do Procon Assembleia. O presidente tece suas considerações como autor do requerimento que deu origem ao debate, e em seguida, concede a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, também autor da proposição, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2017.

Felipe Attiê, presidente – João Leite – Duarte Bechir.

#### **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/9/2017**

Às 11h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel e João Leite (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Virginia Kirchmeyer Vieira, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (4/8/2017 e 18/8/2017), e dos Srs. Frederico Souza, Gerente de Relações Institucionais da Via 040 (10/8/2017), Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco, diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (10/8/2017), e Joaquim Carlos de Martins Guedes, diretor da Viação Novo Retiro (18/8/2017). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados

mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 4.161/2017, no 1º turno (deputado Fábio Cherem), e Projeto de Lei nº 4.191/2017, no 1º turno (deputado Gustavo Santana). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 665/2015, na forma do substitutivo nº 2, apresentado pela Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (relator: deputado Celinho do Sinttrocel); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.479/2015, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição de Justiça (relator: deputado Anselmo José Domingos). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 7.100, 7.102, 7.128, 7.129, 7.440, 7.441, 7.444, 7.447, 7.596, 7.599, 7.629, 7.630, 7.679, 7.685, 7.711 a 7.726, 7.737, 7.809, 8.015, 8.016, 8.023, 8.027, 8.037, 8.044, 8.066, 8.085, 8.088 e 8.260/2017. Registra-se a presença do deputado Felipe Attiê, e a saída do deputado João Leite. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: 9.458 a 9.505, 9.584 a 9.588, 9.590 a 9.599, 9.601 a 9.605 e 9.607 a 9.617/2017. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2017.

Fábio Cherem, presidente.

#### **ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS MULHERES NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/9/2017**

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Geraldo Pimenta (substituindo a deputada Geisa Teixeira, por indicação da liderança do BMM) e Duarte Bechir (por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência de convidados, debater os assédios moral e sexual nas instituições públicas do Estado. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.516/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Belo Horizonte, à Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e à Secretaria Municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte pedido de providências para que envidem esforços em prol do fortalecimento dos conselhos tutelares na capital, realizando, especialmente, estudos sobre a ampliação do número de conselhos tutelares, considerando-se o quantitativo de um conselho para cada 100 mil habitantes; a criação do Conselho Tutelar de plantão; a integral estruturação dos conselhos tutelares, disponibilizando-se a infraestrutura necessária nos locais de atendimento, bem como veículo e motorista para cada unidade; a capacitação ou formação permanente de conselheiros e conselheiras e implementação de iniciativas visando à efetiva integração entre os conselhos tutelares e a rede de atendimento e proteção, de modo a propiciar a atuação de conselheiros e conselheiras no acompanhamento inicial e preventivo a mães e bebês em situação de vulnerabilidade ou risco social;

nº 9.559/2017, da deputada Marília Campos, em que requer sejam encaminhadas às autoridades, aos representantes das entidades presentes e ao juiz Marcos Flávio Lucas Padula, titular da Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte, as notas taquigráficas da audiência de convidados realizada em 18/8/2017, com a finalidade de debater os investimentos na estrutura dos conselhos tutelares de Belo Horizonte, responsáveis pelo acompanhamento de bebês filhos de mães em situação de vulnerabilidade;

nº 9.560/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para continuar os debates sobre os investimentos na estrutura dos conselhos tutelares de Belo Horizonte, responsáveis pelo acompanhamento de bebês filhos de mães em situação de vulnerabilidade, bem como reavaliar a estruturação desses órgãos e os avanços no desempenho de sua missão;

nº 9.764/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a situação de mulheres privadas de liberdade;

nº 9.765/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o orçamento do Estado dedicado às mulheres no processo de discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2016-2019, revisão 2018;

nº 9.766/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a violência contra as mulheres LBTs no Estado;

nº 9.767/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o tráfico de pessoas, especialmente de mulheres e bebês no Estado;

nº 9.768/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater as eleições e a participação política das mulheres.

Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência de convidados. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Mariah Brochado Ferreira, secretária-adjunta de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais; Nívia Mônica da Silva, coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário – CAO-DH; Cibele Cristina Maffia Lopes, defensora pública e assessora Institucional da Defensoria Pública-Geral de Minas Gerais; Letícia Silva Palma, representante do Coletivo Jacintas; Grazielle Mendes Soares, servidora pública da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Ana Paola Amorim, servidora pública e membro do Coletivo de Mulheres da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Danúbia Helena Soares Quadros, delegada-chefe da Divisão Especializada de Atendimento à Mulher, ao Idoso e à Pessoa com Deficiência da Polícia Civil de Minas Gerais, e Cristina Del Papa, coordenadora-geral do Sindicato dos Trabalhadores nas Instituições Federais de Ensino – Sindifes; e os Srs. Eduardo de Castro Amorim, diretor de Relações Institucionais, representando o coordenador-geral do Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Minas Gerais – SindsempMG –, e Carlos Calazans, diretor-chefe das Relações Trabalhistas e Sindicais do Governo de Minas Gerais. Retiram-se os deputados Geraldo Pimenta e Duarte Bechir e registra-se a presença das deputadas Geisa Teixeira, Celise Laviola e Rosângela Reis. A presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Retiram-se as deputadas Celise Laviola e Rosângela Reis e registra-se a presença do deputado Duarte Bechir. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.769/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater os 10 anos do Consórcio Mulheres das Gerais;

nº 9.770/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de informações sobre se a Lei Complementar nº 116, de 2011, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual, foi regulamentada no âmbito da referida entidade;

nº 9.771/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre se a Lei Complementar nº 116, de 2011, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual, foi regulamentada no âmbito da referida entidade;

nº 9.772/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – pedido de informações sobre se a Lei Complementar nº 116, de 2011, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual, foi regulamentada no âmbito da referida entidade;

nº 9.773/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado à defensora-pública geral pedido de informações sobre se a Lei Complementar nº 116, de 2011, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual, foi regulamentada no âmbito da Defensoria Pública de Minas Gerais;

nº 9.774/2017, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de informações sobre se a Lei Complementar nº 116, de 2011, que dispõe sobre a prevenção e a punição do assédio moral na administração pública estadual, foi regulamentada no âmbito do Ministério Público de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de setembro de 2017.

Marília Campos, presidente – Geraldo Pimenta – Mário Henrique Caixa.

#### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 12/9/2017**

Às 16h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Nozinho, Doutor Wilson Batista e Antonio Carlos Arantes (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. Ronaldo Guilherme Campos, manifestando seu inconformismo com o valor de 70 mil reais para os requerentes de isenção, estabelecido no Decreto nº 47.180, de 28/4/2017, e solicitando a imediata revogação do referido decreto. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Manoel dos Anjos Marques Teixeira, secretário executivo do Confaz, publicado no *Diário do Legislativo*, em 31/8/2017. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.156/2017. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 8.459/2017. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2017.

Duarte Bechir, presidente – Doutor Wilson Batista – Nozinho.

#### **ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/9/2017**

Às 14h45min, comparece na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membro da supracitada comissão. Está presente também o deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater as violações dos direitos humanos dos servidores aposentados do Município de Ipatinga, tendo em vista a falta de pagamento da complementação da aposentadoria por parte da prefeitura municipal. A presidente comunica que as matérias constantes na pauta



foram apreciadas em reunião anterior. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Feliciano Alves do Vale Saldanha, diretora estadual do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais – Sind-UTE-MG; Lucília Maria Fernandes Santos, coordenadora do Departamento Jurídico da Subseção de Ipatinga do Sind-UTE-MG; Edilene Lobo, advogada da Subseção de Ipatinga do Sind-UTE-MG; Liliane Maria Barbosa da Silva Resende, técnica da Subseção do Sind-UTE-MG do Dieese; e os Srs. Marcione Menezes Andrade, presidente do Sindicato de Servidores Públicos de Ipatinga; José Ramos Sobrinho, aposentado do Serviço Público Municipal de Ipatinga; e Pablo Andrade Dias, coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2017.

Cristiano Silveira, presidente – Antônio Jorge.

#### **ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/9/2017**

Às 14h30min, comparece na Sala das Comissões o deputado Duarte Bechir (substituindo o deputado Dirceu Ribeiro, por indicação da liderança do BCMG), membro da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Rogério Correia e Celinho do Sinttrocel. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a formulação de um plano de valorização do diretor de escola em exercício que não foi contemplado com os efeitos da Lei nº 9.532, de 30 de dezembro de 1987, na forma da Lei nº 14.683, de 30 de julho de 2003. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Samuel Martins Feliciano, coordenador-geral de Programas de Educação Superior do Ministério da Educação (10/8/2017), e Hercules Macedo, Chefe de Gabinete de Educação da Secretaria de Estado de Educação (10/8/2017), e da Sra. Paula Maria Nasser Cury, subsecretária de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (31/8/2017). Comunica, também, o recebimento de ofício do Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, secretário de Estado da Fazenda, agradecendo convite para participar desta reunião e informando impossibilidade de comparecimento, tendo em vista compromissos assumidos anteriormente. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte, que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. A matéria deixa de ser apreciada em virtude da falta de quórum. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Beatriz da Silva Cerqueira, coordenadora-geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais; Ana Maria Belo de Abreu, presidente da Associação de Diretores de Escolas Oficiais do Estado de Minas Gerais; Elizete Alves Matoso, diretora da Escola Estadual Irmã Raimunda Marques, de Curvelo; e Mônica Flores de Carvalho Ribeiro, diretora da Escola Estadual Dr. Luiz Pinto de Almeida, de Santa Rita de Sapucaí; e os Srs. Igor de Alvarenga Oliveira, diretor da Escola Estadual Ari da Franca, de Contagem, e Carlos José Coimbra, diretor da Escola Estadual Major Mota, de Patos de Minas. A presidência concede a palavra ao deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2017.

Celise Laviola, presidente – Ione Pinheiro – Dirceu Ribeiro.

**ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS  
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/9/2017**

Às 14h15min, comparece na Câmara Municipal de Lavras o deputado Fábio Cherem, presidente da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a, em audiência pública, debater sobre transporte, comunicação e obras públicas do município e região, com a finalidade de atender aos Municípios de Ribeirão Vermelho, Ijaci, Itumirim, Itutinga, Ingaí, Luminárias, Bom Sucesso, Carrancas, Nepomuceno, Perdões, Santo Antônio do Amparo, Elói Mendes e Carmo da Cachoeira. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Ana Rosa Mendonça Lasmar, prefeita de Ribeirão Vermelho, Letícia Aparecida Belato Martins, prefeita de Monsenhor Paulo, e Luiza Maria Lima Menezes, prefeita de Nepomuceno; e os Srs. Evandro Paiva Carrara, prefeito de Santo Antônio do Amparo, Fabiano da Silva Moreti, prefeito de Ijaci, Fabiano Ribeiro do Vale, prefeito de Itutinga, Geraldo Magno de Resende, prefeito de Itumirim, Hamilton Resende Filho, prefeito de Perdões, José Cherem, prefeito de Lavras, José Raimundo dos Santos, prefeito de Carrancas, João Paulo Felizardo, presidente da Câmara Municipal de Lavras, Douglas Ferreira de Freitas, vereador de Elói Mendes, Evandro Oliveira Miranda, vereador de Lavras, Marcos Possato, vereador de Lavras, Ten. Cel. Paulo Marcos Ferreira, comandante da Companhia de Trânsito Rodoviário, Cândido Henrique de Andrade, coordenador da Unidade Regional do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – em Oliveira, representando o Sr. Murilo de Campos Valadares, secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas, João Garcia dos Reis, vice-prefeito de Ingaí, representando João Paulo Leite, prefeito, Rogério Vilela, secretário de Obras do Município de Carmo da Cachoeira, representando o Sr. Godofredo José Caldeira Reis, prefeito, Arnaldo Messias Mesquita, contador da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso, representando o Sr. Porfírio Roberto da Silva, prefeito, e Antônio Vitor Gouveia Júnior, assessor, representando o Sr. Hudson Salvador Vilela, prefeito de Luminárias. Como autor do requerimento que deu origem ao debate, o presidente faz suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 2017.

Anselmo José Domingos, presidente – Celinho do Sinttrocel – João Leite.

**ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/9/2017**

Às 15h9min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Dirceu Ribeiro, João Leite (substituindo a deputada Ione Pinheiro, por indicação da liderança do BVC) e Vanderlei Miranda (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Léo Portela e Missionário Marcio Santiago. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a Base Nacional Comum Curricular – BNCC. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. José Francisco Soares, presidente da Comissão da Educação Básica no Conselho Nacional de Educação, justificando sua ausência nesta audiência por ter sido convocado para representar o CNE em uma audiência sobre o mesmo tema no Senado Federal. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Viviane Petinelli e Silva, cientista política, e Hélivia Alvim Freirtas Brito, pedagoga; e os Srs. Cleverson

Fernando Lino Batista, professor de filosofia; Felipe Nery, professor universitário e presidente do Instituto Sophia Perenes de Consultoria Pedagógica – São Paulo (SP); Vitor Geraldi Haase, médico e professor universitário; Tiago José Gama Carvalho de Oliveira, advogado; Raimundo Carvalho de Oliveira, presidente do Instituto de Políticas Governamentais do Brasil e da Rede Estadual de Ação pela Família; vereador Orlei, 1º vice-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, representando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, e Joel Gomes Moreira, presidente da Comissão da Criança do Adolescente da OAB. A presidente, na condição de autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 9.919/2017, da deputada Celise Laviola e dos deputados Vanderlei Miranda e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ao Ministério da Educação ao Conselho Nacional de Educação e ao Conselho Estadual de Educação as imagens e o relatório da audiência pública realizada na 7ª Reunião Extraordinária, em 19/9/2017, com a finalidade debater a Base Nacional Comum Curricular. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2017.

Celise Laviola, presidente.

 **ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,  
EM 26/9/2017****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)****1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 2.758/2015, da Comissão de Minas e Energia, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os programas dessa empresa destinados à recuperação e à preservação das nascentes em todos os municípios que exploram os serviços de abastecimento de água e de saneamento no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 3.014/2015, da Comissão de Meio Ambiente, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre a situação da Barragem de Irapé, que se encontra com baixo volume de água e apresenta

processo preocupante de assoreamento decorrente do grande volume de areia que chega pelo Rio Jequitinhonha e de áreas de garimpo existentes na região de Diamantina. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação, em turno único, da Indicação nº 39/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcílio de Sousa Magalhães para o cargo de diretor-geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 40/2016, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Rodrigo de Melo Teixeira para o cargo de presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 41/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Maria de Fátima Chagas Coelho para o cargo de diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 42/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Djaniro Silva para o cargo de diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 43/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Ronan Edgard dos Santos Moreira para o cargo de diretor-geral da Loteria do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 45/2017, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Elizabeth Dias Munaier Lages para compor o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 46/2017, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Marcelo Fernandes Siqueira para o cargo de presidente da Fundação Ezequiel Dias – Funed. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

## **2ª Fase**

### **(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.468/2017, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES –, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.457, que concede revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado referente à data-base de 2016 e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.478, que autoriza o Poder Executivo a conceder anistia aos servidores das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica que menciona, nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.484, que concede anistia às praças da Polícia Militar de Minas Gerais excluídas da corporação em virtude do movimento reivindicatório ocorrido em junho de 1997. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.562, que cria fundos estaduais de incentivo e de financiamento de investimento e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23563, que institui o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto aos itens 2 "g", 37, 43, 88, 93 "b", 93 "c" e 102 e pela rejeição do veto ao item 93 "i", todos do Anexo I da proposição de lei.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.800/2015, do deputado João Alberto, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Alfenas – Apae de Alfenas – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.086/2017, do deputado Cássio Soares, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.702, de 4/8/2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Alpinópolis o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.785/2016, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-259 que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Sardoá. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 26/9/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 6.884, 6.885, 6.887, 6.888, 6.897 a 6.899, 6.912, 6.913, 6.988 a 6.990, 7.025 a 7.027, 7.033, 7.034, 7.048 a 7.050, 7.057, 7.083, 7.084, 7.088, 7.089, 7.094, 7.095, 7.115, 7.116 e 7.130/2017, do deputado Cabo Júlio; 8.507 a 8.511 e 8.627/2017, do deputado Noraldino Júnior; 8.569, 8.571, 8.606, 8.611, 8.623 e 8.628/2017, do deputado Sargento Rodrigues; 8.576 a 8.578, 8.580 a 8.584 e 8.586/2017, da Comissão de Participação Popular; 8.590 e 8.626/2017, do deputado Coronel Piccinini; 8.603 a 8.605 e 8.607/2017, da Comissão de Direitos Humanos; 8.620/2017, do deputado Gustavo Santana; e 8.632/2017, do deputado Thiago Cota.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater a convocação de candidatos aprovados em concurso público da Polícia Civil, com vistas a melhorar a atuação da polícia judiciária no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

## **ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 26/9/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater as obras de duplicação da Rodovia BR-381 e a ponte que liga os Municípios de Coronel Fabriciano e Timóteo.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/9/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.272/2015, do deputado João Alberto.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 8.587 e 8.588/2017, da Comissão de Participação Popular, e 8.610/2017, do deputado Iran Barbosa.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 26/9/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater o direito à liberdade de culto e o respeito às tradições das religiões de matriz africana.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 26/9/2017****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.165/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos n°s 8.609/2017, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 8.612/2017, do deputado Duarte Bechir; e 8.622/2017, do deputado Ivair Nogueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **3ª Parte**

Audiência pública destinada a entregar o diploma referente ao voto de congratulações com o Sr. Luiz de Paula Ferreira pelo centenário do seu nascimento em 2017 e pela brilhante atuação em prol do desenvolvimento da cidade de Montes Claros e de toda a região do semiárido mineiro.

Recebimento e votação de requerimentos.

## **ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/9/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 26/9/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 27/9/2017**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



## **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Rosângela Reis e os deputados Elismar Prado, Carlos Pimenta e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/9/2017, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, o Requerimento n° 8.641/2017, do deputado Mário Henrique Caixa, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2017.

Bosco, presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Léo Portela, Dilzon Melo, Gilberto Abramo e Missionário Marcio Santiago, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 26/9/2017, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater, com a subsecretária de Políticas sobre Drogas do Estado de Minas Gerais, o resultado do Chamamento Público nº 6/2017.

Sala das Comissões, 25 de setembro de 2017.

Antônio Jorge, presidente.



### **TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**

#### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 733/2015**

##### **Comissão de Cultura**

##### **Relatório**

De autoria do deputado Fábio Cherem, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação para Promoção de Artes e Cultura – Aproac –, com sede no Município de Lavras.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação para Promoção de Artes e Cultura – Aproac –, com sede no Município de Lavras, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a divulgação da arte e da cultura.

Na consecução desse propósito, a instituição organiza eventos artístico-culturais, oferta oficinas e desenvolve projetos relacionados à música.

Tendo em vista o relevante papel desempenhado pela referida entidade em prol do desenvolvimento da cultura no Município de Lavras, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

##### **Conclusão**

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 733/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2017.

Glaycon Franco, relator.



**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.119/2017****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Bosco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de São Gotardo – AAPSG –, com sede no Município de São Gotardo.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.119/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de São Gotardo – AAPSG –, com sede no Município de São Gotardo, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a promoção da melhoria na qualidade de vida dos pensionistas, aposentados e idosos.

Com esse propósito, a instituição visa promover campanhas de vacinação e palestras sobre saúde; confeccionar hortas comunitárias e familiares; e organizar eventos culturais, esportivos e turísticos.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação dos Aposentados e Pensionistas de São Gotardo – AAPSG –, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.119/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2017.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.205/2017****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Roberto Andrade, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Casa da Amizade de Carangola, com sede no Município de Carangola.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.205/2017 pretende declarar de utilidade pública a Casa da Amizade de Carangola, com sede no Município de Carangola, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o desenvolvimento de projetos sociais com vistas à promoção humana.

Com esse propósito, a instituição desenvolve projetos que visem à preservação do meio ambiente; promove valores universais; e estimula o voluntariado.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Carangola, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.205/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2017.

Celinho do Sinttrocel, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.206/2017**

#### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Emidinho Madeira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Tapir – Amotapir –, com sede no Município de Itamogi.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.206/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Tapir – Amotapir –, com sede no Município de Itamogi, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo melhorar a qualidade de vida dos moradores da região em que atua.

Com esse propósito, a instituição desenvolve trabalhos sociais, culturais, recreativos e educacionais; e mantém serviços de saúde e saneamento.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade substituir, no art. 1º, a expressão “Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Tapir – Amotapir –” pela expressão “Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Rural Tapir”.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Itamogi, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.206/2017, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2017.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.311/2017****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria da deputada Rosângela Reis, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Capoeira Rock de São Domingos do Prata, com sede no Município de São Domingos do Prata.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.311/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Capoeira Rock de São Domingos do Prata, com sede no Município de São Domingos do Prata, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo coordenar obras sociais e lutar por melhores condições de educação, higiene e lazer para a comunidade.

Com esse propósito, a instituição desenvolve atividades sociais; promove cursos de capacitação profissional; realiza palestras nas escolas locais; estimula práticas esportivas e recreativas; e mantém programas culturais.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de São Domingos do Prata, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

**Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.311/2017, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2017.

Celinho do Sinttrocel, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.471/2017****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social****Relatório**

De autoria do deputado Sargento Rodrigues, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista, com sede no Município de Capitão Enéas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 4.471/2017 pretende declarar de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista, com sede no Município de Capitão Enéas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o desenvolvimento da comunidade por meio da realização de obras e ações de melhoria.

Com esse propósito, a instituição promove atividades culturais e desportivas; apoia a comercialização de produtos *in natura*; e desenvolve atividades assistenciais.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade substituir, no art. 1º, a expressão “Associação Comunitária do Bairro Bela Vista” pela expressão “Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Bela Vista”.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade no Município de Capitão Enéas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.471/2017, em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2017.

Celinho do Sinttrocel, relator.



### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### DISCURSOS PROFERIDOS NA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/9/2017

O deputado André Quintão\* – Quero cumprimentar o presidente da Assembleia, deputado Adalclever Lopes; os deputados e as deputadas; os telespectadores da TV Assembleia; as crianças, estudantes, jovens aqui presentes.

Vou tratar nesta tarde de um assunto muito sério e que pode ferir de morte uma política pública importante no Estado e no País. Trata-se de uma questão decorrente de cortes orçamentários na proposta do governo federal encaminhada ao Congresso Nacional. Quando denunciemos aqui na Assembleia e nas ruas a dramaticidade e a perversidade da Emenda Constitucional nº 95, que congela as despesas ordinárias por 20 anos, muita gente não conseguiu absorver a gravidade das consequências dessa emenda constitucional e do chamado ajuste fiscal promovido pelo governo ilegítimo do presidente Temer.

Na proposta orçamentária para o ano que vem, esse impacto negativo já será sentido, deputado Pimenta. Vou citar aqui, a pedido inclusive do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, do Fórum Nacional de Secretários de Estado da Assistência Social – FONSEAS –, das várias conferências de assistência social que estão sendo realizadas, uma denúncia grave. O conselho nacional aprovou uma proposta, deputada Marília Campos, de R\$3.000.000.000,00 para os chamados serviços socioassistenciais, trabalho que os Cras, os Centros de Referência da Assistência Social, e os Creas resolvem. É um trabalho de fortalecimento de vínculo com idosos, com mães do Bolsa Família, com jovens.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão deu um corte nessa proposta, cortou para R\$900.000.000,00, mas a proposta foi com apenas R\$78.000.000,00. É a metade do orçamento da secretaria de Minas Gerais. Então vou repetir, e quem sabe os deputados que são da base, cujos partidos apoiam o governo Temer, possam nos ajudar: o orçamento da assistência social para o ano que vem corresponderá a 2,6% do orçamento que hoje é utilizado e do que foi reivindicado. Isso impactará diretamente a vida dos municípios. Significará o fechamento dos Centros de Referência da Assistência Social; a demissão dos trabalhadores e das trabalhadoras do Suas; o não atendimento de 30 milhões de pessoas pobres neste país; e o fim do Sistema Único de Assistência Social. Porque o governo federal é responsável, em média, por de 75% a 78% do recurso aportado nessa importante política pública, que teve um grande avanço nos últimos anos em nosso país, e agora, nos últimos dois anos e meio, em nosso estado.

Então queria fazer aqui uma convocação. O deputado Celinho do Sinttrocel já aprovou, na Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social a realização de uma audiência pública provocada pelos movimentos dessa área. Precisamos reverter essa situação. Somado a isso, há ainda um corte previsto de 11% no Programa Bolsa Família.

Então, vejam bem, essa é uma equação que não fecha. De um lado fatores que tensionam e ampliam a vulnerabilidade social: desemprego de 14 milhões de pessoas; terceirização; reforma trabalhista; desinvestimento na geração de renda, via agricultura familiar. Aliás, para o ano que vem, o orçamento para a agricultura familiar também sofrerá um corte de mais de 82,2%. Então todos esses fatores, estruturais e conjunturais, apontam para o aprofundamento da pobreza. O Brasil, que já havia, nos anos Lula e Dilma, saído do Mapa da Fome, volta ao Mapa da Fome.

E, pelo outro lado da balança, temos o congelamento dos recursos dos orçamentos destinados às políticas que poderiam ao menos atenuar essa situação. Então, de um lado, aumento da miséria; do outro, restrição orçamentária. Fiquei indignado, perplexo com o discurso do presidente Temer, na Assembleia Geral da ONU, que disse que não há responsabilidade social sem responsabilidade fiscal. Qual responsabilidade fiscal resolverá a questão social ao se aportarem 2,6% de um orçamento para o cuidado das pessoas mais pobres, que mais precisam do poder público? O resultado dessa equação financeira já está sendo sentido nos quatro cantos do nosso país, inclusive em Minas. A pobreza volta, a população de rua aumenta, há crianças no trabalho infantil, catadores voltando para os lixões. A pobreza está se ampliando novamente. Então, faço aqui esse alerta.

Estou, hoje, tratando apenas de uma política pública, porque sou trabalhador dela, sou funcionário concursado, assistente social da Prefeitura de Belo Horizonte. Estou falando do Suas. Vou repetir: hoje, o orçamento, deputado Gustavo, corresponde, o que está no Congresso, a 2,6% da necessidade. E, felizmente, apesar desse vagalhão, desse retrocesso nacional, aqui em Minas estamos recuperando a capacidade do Estado de apoiar os municípios, estamos realizando o maior programa de capacitação da história de Minas Gerais no campo da assistência social. O Capacita Suas já está no terceiro módulo e, até o fim do ano que vem, vai capacitar 9.422 trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Assistência Social. Aprovado por esta Casa, o programa Rede Cuidar vai ser o primeiro programa público de fortalecimento da rede socioassistencial, em Minas Gerais, beneficiando entidades socioassistenciais de acolhimento, como asilos, abrigos e tantas outras entidades. Temos, hoje, dois projetos intersetoriais, com novos encontros de combate à pobreza rural e de inclusão social de jovens em situação de vulnerabilidade. Portanto, Minas Gerais está fazendo a sua parte, no âmbito da assistência social. Aliás, é referência, é modelo, hoje, no Brasil, de implantação da política de assistência social. Mas, infelizmente, o governo federal... Não sei nem se isso é corte, é uma decapitação orçamentária, porque atender apenas 2,6% do orçamento é a morte, o assassinato de uma política pública. Então, vamos nos mobilizar, envolver os usuários da assistência, as entidades, todos os partidos, inclusive, os partidos da base do governo federal, que possuem prefeitos e prefeitas em todos os municípios.

Antes de terminar, democraticamente queria ouvir o nosso companheiro de agremiação clubística, líder da oposição nesta Casa, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* – Deputado André, primeiro, queria lhe agradecer, pois é sempre muito cordial, muito democrático me concedendo aparte. Contudo, ouvindo o pronunciamento de V. Exa., com muita atenção, veio-me uma primeira dúvida. A percepção de V. Exa. de que há hoje mais moradores de rua, de que há hoje mais crianças voltando para o trabalho infantil, de que temos problemas na questão do assistente social é de um ano para cá? V. Exa. acha que a pobreza, o aumento do trabalho infantil e o aumento do número de moradores de rua só aconteceu de um ano para cá ou é algo que já vem acontecendo no Brasil há alguns anos?

Vou deixar V. Exa. me responder, mas vou lhe tomar mais 30 segundos, não mais do que isso. V. Exa. sempre foi um deputado muito equilibrado, e eu o elogio por onde ando. Apesar de ter posições completamente distintas e visões diferentes, temos um respeito mútuo; mas hoje me assustei, porque acho que, se V. Exa. responder que sim, que na sua percepção a pobreza aumentou

de um ano para cá, que o trabalho infantil tem aumentado só de um ano para cá, que essas mazelas sociais só estão aumentando de um ano para cá, vou dizer a V. Exa. que está lhe faltando um certo... Não sei. Acho que deveria deixar de lado um pouco a paixão partidária para analisar a questão social da maneira como deve ser analisada por um doutor em assistência social, como é V. Exa.

Está claro, deputado André, que tudo que V. Exa. falou é fato. Vivemos um problema de mazelas sociais, parafraseando o seu companheiro Lula, como nunca antes na história deste país, mas o *time* do início disso, da desconstrução de um Brasil desenvolvimentista, que abraçava e acolhia aqueles que mais precisavam, já vem de muitos anos, vem das gestões do PT à frente do governo federal. Não jogue apenas nas costas do presidente Temer a responsabilidade por essas mazelas, porque elas foram construídas – e por que não dizer iniciadas? – nas gestões do PT, em especial na segunda gestão de Lula e nas duas de Dilma.

Era esta a minha pergunta: se a percepção de V. Exa. de que essas mazelas aumentaram e vêm aumentando apenas de um ano para cá ou se já faz mais algum tempo. Muito obrigado a V. Exa. por seu espírito democrático.

O deputado André Quintão\* – Bem, deputado Gustavo, em 41 segundos não vou responder e fazer uma análise dessa natureza, mas faço questão de voltar aqui, de preferência amanhã, para mostrar como a inclusão social aumentou nos governos do PT, que tiraram 40 milhões de brasileiros da pobreza, e como hoje, com a Emenda Constitucional nº 95, o Estado brasileiro não tem instrumentos de promover a mesma inclusão.

Mas queria terminar e vou pedir, deputado Adalclever, 30 segundos. Não vou me aprofundar no tema, mas não poderia deixar de demonstrar estranheza e repúdio à Justiça Federal, ao juiz que tomou essa decisão estapafúrdia, colocando a questão LGBT como uma questão de doença, como uma questão de cura, induzindo a uma ação profissional para reversão de orientação sexual. É uma medida perigosa, uma medida incorreta, uma medida que estimula a intolerância. Não podemos deixar que, no século XXI, discussões que já estavam superadas retornem com esse manto homofóbico. Então queria aqui deixar esse registro. É uma obrigação nossa, porque é uma decisão da Justiça Federal, que aponta para a intolerância. Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite\* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembleia, cidadãos, cidadãos e nossas crianças que vieram aqui acompanhar esta reunião plenária, boa tarde. Quem sabe entre elas há futuras deputadas e futuros deputados? É uma alegria recebê-los aqui na Assembleia Legislativa. É um momento de alegria para todos nós, deputados e deputadas, receber vocês, com esse entusiasmo. Muito obrigado por terem vindo. Venham sempre à Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vimos novamente aqui a repetição – e isso sempre será repetido – que nunca antes na história do Brasil... Na verdade, quem construiu tudo isso que vemos no Brasil agora foi o próprio PT. Foram eles que construíram isso. É interessante a questão da assistência social.

Hoje existem mais de 8 mil moradores de rua em Belo Horizonte. Recebi hoje a ligação de um amigo muito querido que mora aqui próximo da Assembleia Legislativa. Ele me falou que, apesar de todo esforço feito por esta Casa para fazer da Praça da Assembleia um espaço para o encontro da comunidade, isso não está sendo possível, porque há diversas pessoas morando debaixo de barracas na Avenida Barbacena com a Rua Martim de Carvalho. Prof. Mourão, elas estão vivendo ali, e parece que isso tudo aconteceu no último ano, depois que o vice do PT, o presidente Michel Temer, assumiu. Quando ele assumiu, parece que apareceram todas as mazelas que não existiam antes. Parece que brotaram 14 milhões de desempregados neste último ano. Não é verdade! Nos anos do governo do PT é que aconteceu isso no País. Foram 60 mil homicídios por ano. O Brasil tem a maior taxa de uso de bebida alcoólica do mundo e a maior taxa de uso de *crack* do mundo. Isso não aconteceu no governo do vice do PT, Michel Temer, mas nos anos de governo do PT, apesar de todo discurso de que nunca antes na história do Brasil tivemos tão poucos pobres. Não é verdade.

Estamos vendo o sofrimento da população. As pessoas não têm esperança. Quem tem dinheiro vai embora do Brasil; quem não tem vai morar nas ruas, sem esperança. Perdeu-se a esperança nesses anos do governo petista, e olhem as produções do governo petista.

A Assembleia vai discutir daqui a pouco, no Auditório José Alencar Gomes da Silva, a Base Nacional Comum Curricular, que é uma das estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação para “melhorar” a educação básica, que abrange a educação infantil e os ensinos fundamental e médio. É uma proposta lançada no governo do PT, lançada no governo Dilma. O que esse plano faz? Retira a autonomia da família. Eu queria saber onde essas pessoas leram, se foi nos combinados ou nas convenções internacionais, que a família não é protagonista. Onde eles leram isso? A família, em todas as estruturas constitucionais, legislativas e de convênios, deve ter proteção especial do Estado.

Por isso é que quase 70% de presos em Minas Gerais não conhecem seus pais. Suas famílias foram destruídas no Brasil. Ocupamos o 1º lugar no uso de *crack*, bebida alcoólica, destruição da família.

Até logo, crianças! Tchau! Obrigado por terem vindo.

Vemos o plano proposto pelo PT para formar currículos. Isso destrói a família e as culturas regionais, Prof. Mourão, e aquilo que é mais especial para nós, como a minha lembrança da estação onde meu avó era o telégrafo e meu tio era o chefe. A proposta acaba com isso, destrói a família, destrói todas as relações simbólicas. É lamentável ter de lutar por isso; é uma abstração marxista que derruba a realidade, não tem conexão com ela. Ora, é uma lavagem cerebral! Ou não existiu a estação de Bernardo Monteiro, cujo chefe era o meu tio? A minha família também não existe, meus ancestrais não existem.

A Constituição é muito clara. O art. 211 diz que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios organizarão, em regime de colaboração, o seu sistema de ensino. Querem abolir a previsão constitucional de termos um regramento ideológico, sem a participação das demais esferas de Poder. Segundo o art. 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

A medida vai retirar a autonomia dos professores e das famílias, acabar com os regionalismos, permitir que um governo central mal-intencionado imponha seu modo de pensar às crianças. Nós cansamos de ouvir que o Estado é laico. Gente, o Estado é laico porque não pode se intrometer na família, não pode determinar o que um pai, uma mãe ou uma família farão! Então, a família do deputado Carlos Pimenta não tem o direito de criar seus filhos da maneira que quiserem? É como reverter, fazer o contrário. Com essa proposta, a família Pimenta tem de aceitar a imposição, a ideologia do Estado. Ora, então rasga-se tudo!

Já vimos cada aberração neste país! E quando quiseram tirar os símbolos religiosos e as Bíblias das repartições públicas? Lembro-me de um articulista que comemorou, achou bom, que poderiam ter feito isso mesmo. Começam derrubando o Cristo Redentor no Rio, depois as igrejas católicas históricas de Mariana, Ouro Preto, Tiradentes, São João del-Rei. Será um espetáculo! O governo não pode entrar na família, não pode entrar na fé das pessoas. Isso é totalitarismo, é marxismo, é comunismo, é aquilo que foi rejeitado no Leste Europeu, que tira das pessoas o maior bem que elas têm, a liberdade. A família tem direitos à proteção especial, como consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos documentos da ONU. Essa proposta está enriquecida na Constituição Brasileira. Não tentem fazer o mesmo que fizeram no Rio Grande do Sul! Não tentem! Não tirem a esperança dos brasileiros e das brasileiras.

Nunca tivemos tantas pessoas mudando do Brasil. Nunca tivemos tantas pessoas morando nas ruas por falta de esperança. Não tirem a esperança dos brasileiros. Deem sossego para os brasileiros cuidarem de sua família. Deem oportunidade. Não vamos aceitar essa situação.

Não adianta vir com a força de publicidade, com dinheiro, tentando vencer dessa maneira. Não adianta nada. Não adianta isso. Queremos a nossa família. Queremos aquilo que está garantido nos documentos legais, tanto do Brasil quanto de fora dele, documentos de que o nosso país é signatário.

Quando tivemos o encontro na Universidade Federal de Minas Gerais, vimos o posicionamento dos técnicos, dos mestres, dos professores. Ah, se o objetivo daquele governo do PT fosse realmente melhorar a educação! Estamos vendo agora, aqui, em

Minas Gerais, a perda nesse segmento. Estamos vendo, lamentavelmente, aquilo que foi conquistado com muito esforço pelos profissionais da educação sendo perdido neste momento. A primeira coisa a ser feita é um diagnóstico, ouvindo a base, as famílias. A primeira coisa que o governo do PT fez foi distanciar a família. Ninguém vai se meter na minha família. Ninguém vai se meter na família das pessoas. Não dá para criminalizá-la. Não dá para destruir a civilização brasileira apoiada na família, na fé dos brasileiros. Não dá para destruir a civilização mineira, apoiada nas nossas tradições, no nosso regionalismo lá do Prof. Mourão, no Leste de Minas, que veio transpondo as montanhas para chegar a ocupar um cargo na Assembleia Legislativa; do nosso Gil Pereira, que veio do Norte de Minas, para vencer com a sua família. Não é assim que se constrói um país; é assim que se destrói um país, que se destrói um povo, deputado Carlos Pimenta. Temos de reagir a todas essas ideias, que são lamentáveis, que destroem. Somos de outro tempo. Somos o País com o maior grau de destruição familiar, com um número impensável de divórcios. Agora nem são mais divórcios, pois as pessoas sequer se casam. Estão explicados os 60 mil homicídios por ano, uma vergonha para todos nós, brasileiros. Neste ano teremos 60 mil homicídios, a maioria de jovens entre 18 e 24 anos de idade. No entanto, o povo segue com a cabeça direcionada para algo que não dá certo: destruir a família. Estão reunidos para discutir a proposta do PT para a tal ideologia de gênero. É lamentável.

Essa base nacional desvaloriza o trabalho das entidades docentes autônomas e qualquer iniciativa de criatividade dos profissionais da educação. Entregadores de quê? É lamentável que tenhamos de lutar contra isso.

Num momento em que o nosso país precisa urgentemente de união, o PT fez tudo para desuni-lo. Dizem assim: “Nós contra eles, porque nós não fazemos assim, porque nós somos diferentes da elite”. Que elite? Qual é essa elite? É a acadêmica? Dos artistas? Dos atores, que estão aí, o tempo todo, pregando uma vida que não é a dos brasileiros?

Olhem, a destruição do nosso país é algo lamentável. Hélio Rabelo, você que já foi da nossa assistência social, é lamentável.

Vamos ter que juntar os cacos do Brasil, vamos ter que segurar os brasileiros para não irem embora, vamos ter que segurar os brasileiros desiludidos para não irem para as ruas. Estão morando em barracos, desiludidos, vivendo nas ruas, Prof. Mourão. Quantos estão vivendo nas ruas na sua Governador Valadares, no seu Leste de Minas?

E o PT tem a coragem de dizer que nunca antes na história deste país foi feito tanto pela pobreza. Foi tirada a esperança dos brasileiros, e retomar essa esperança não é algo fácil. Vamos ter que lutar muito, vamos ter que nos unir muito. Não é possível mais ouvir: “Porque não somos como eles, nós construímos isso aí”. Brasileiros que não querem viver no Brasil, e brasileiros estão vivendo nas ruas. O estado é laico, não podemos aceitar isso que o PT quer fazer no País. Vamos reagir. Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia, deputados Bonifácio Mourão, Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa e Gil Pereira, ouvi aqui as falas do deputado André Quintão, líder da base de governo, e fiquei meio preocupado. Deputados Bonifácio Mourão e Carlos Pimenta, o deputado André Quintão veio à tribuna falar dos cortes do orçamento da União em várias áreas importantes. Eu fiquei pensando: será que ele está no Congresso Nacional ou na Assembleia de Minas? Mas é óbvio, estamos no Parlamento mineiro, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Por que o deputado André Quintão discorreu aqui, com tamanha ênfase, sobre os cortes das verbas do governo federal?

Quero concordar, primeiro, com o deputado André Quintão, com o fato de que realmente esses cortes afetam todos nós. Mas, deputado Carlos Pimenta, não parece que o líder do bloco da base de governo aqui da Assembleia está acompanhando o orçamento e a sua execução em Minas Gerais. Queria dizer ao líder André Quintão que aqui a coisa está feia, mas muito feia. V. Exa. pode perguntar ali atrás, ao meu colega de partido, ao Dr. Carlos Pimenta, presidente da Comissão de Saúde, que ele fará um relato de como andam as coisas na saúde de Minas Gerais. São muitos os municípios, deputado Carlos Pimenta, que V. Exa. tem detectado, que não estão recebendo os repasses do governo do Estado, aquela fatia de obrigação constitucional. Hospitais filantrópicos estão morrendo à míngua no Estado, porque o governo não repassa recursos; leitos na Santa Casa estão sendo fechados, deputado Mourão,



porque o governo não repassa recursos; o Júlia Kubitschek está sendo prejudicado no seu atendimento, porque o governo do Estado não repassa recursos. Na área da saúde de Minas, a subsecretária admite que todos os programas estão comprometidos por atrasos em repasses.

Durante a audiência pública promovida pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na semana passada, dia 13 de setembro, a Sra. Adriana Araújo, subsecretária de Inovação e Logística em Saúde, admitiu que todos os programas da pasta da Saúde estão com repasses atrasados, o que compromete obras, entrega de medicamentos, procedimentos, pagamentos de fornecedores, custeio dos programas hospitalares. A dívida total, segundo ela, já se aproxima de R\$4.000.000.000,00. Será que o deputado André Quintão está acompanhando a execução orçamentária do Estado de Minas Gerais ou preferiu ignorar os problemas do governo de que ele é líder na Assembleia?

Mas não é só na área da saúde, deputado Professor Mourão; os problemas estão por todos os lados. O Fica Vivo e outros programas de prevenção estão parados. Matéria do jornal *O Tempo*, divulgada no dia 9 de setembro, revela que 10 mil jovens entre 12 e 24 anos estão sem atividades nas oficinas do programa de inclusão e combate à violência, o Fica Vivo, em 11 cidades mineiras.

O dinheiro da merenda escolar das escolas em tempo integral, deputado Bonifácio Mourão, não está sendo repassado. Mas não é só o dinheiro da merenda, deputado Carlos Pimenta, o repasse para o transporte escolar dos municípios também não está sendo feito pelo governo do Estado. E onde o líder André Quintão está? Ele está na Assembleia de Minas ou na Câmara dos Deputados, porque ele disse aqui, deputado Gustavo Valadares, que há um corte grave no orçamento da União em várias áreas essenciais para o povo brasileiro. E, em Minas Gerais, o que o governador Fernando Pimentel tem feito?

Deputado Doutor Wilson Batista, que é da área da saúde, imagine como estão os hospitais que o senhor acompanha no interior. Eles estão sem dinheiro, sem repasse, são hospitais filantrópicos. Imagino o tanto que o senhor é pressionado, cobrado por lideranças políticas, prefeitos, vereadores, dirigentes de hospitais filantrópicos.

Disse dos problemas na área da saúde e da falta de dinheiro da merenda escolar que o governo não repassa para a escola de tempo integral. Deputado Carlos Pimenta, V. Exa., que está no sexto mandato, médico respeitado, de uma família inteira médica, sabe que dinheiro de merenda escolar para uma escola pública não é para quem tem dinheiro, é para a população mais carente, e o governo não repassa esse dinheiro. Agora não repassa dinheiro do transporte para os municípios, conforme denúncia do prefeito de Teófilo Otôni, do PT. Quem denunciou primeiro que o governo não repassa foi o prefeito do PT.

Além disso, deputado João Leite, para não falar que eu não falei do leite, podemos falar dos que mamam. Um vereador do PT, de Montes Claros, foi cassado desviando dinheiro do programa Leite pela Vida, deputado Carlos Pimenta. Como desgraça pouca é bobagem, é o tal de Leão, mas parece, deputado João Leite, um bezerrão. O vereador do PT, de Montes Claros, estava desviando dinheiro do programa federal Leite pela Vida e foi cassado pela Câmara Municipal de Montes Claros.

Deputado João Leite, e a segurança? Está uma maravilha, deputado Doutor Wilson Batista. Estive em Muriaé, recentemente, e o 1º-sargento me mandou um *e-mail* dizendo o seguinte: “Deputado, o senhor precisa visitar Muriaé, o nosso efetivo está minguando”. Essas foram as palavras do 1º-sargento. Eu e os deputados João Leite e João Magalhães estivemos em Manhuaçu, na sexta-feira, e vimos que o efetivo está minguando. A Polícia Civil e a Polícia Militar estão entrando em colapso pela falta de efetivo, e a segurança pública está, cada vez mais, desmantelada. Aliás, as políticas públicas construídas ao longo dos últimos 12 anos estão sendo todas desmanteladas, deputado Gustavo Corrêa. Não há mais Cinturão de Segurança Pública I, II e III; faltam coletes à prova de bala, como disse o vereador Cb. Ferreira e vice-presidente do Centro Social de Cabos e Soldados do Município de Manhuaçu.

O vereador disse, deputado João Leite, que há seis coletes vencidos e munições vencidas no 11º Batalhão. Sede de batalhão, deputado Mourão. E assim isso se alastra por todo o interior do Estado. Falta colete à prova de balas, falta munição, falta rádio de comunicação, deputado João Leite. Minha equipe de gabinete itinerante, composta por meus assessores Anelmar e Juarez,

percorreu a área da 13ª RPM e encontrou na cidade de Desterro de Entre Rios um soldado, deputado Doutor Wilson Batista, apenas um soldado no turno de serviço das 19 horas às 5 horas. Crueldade, covardia o que o comandante regional vem fazendo. Deputado Bonifácio Mourão, viaturas em péssimo estado, coletes vencidos, munições vencidas. Para piorar, deputado Doutor Wilson Batista, um ano e nove meses de salário pago em três parcelas. Acabou aquela certeza do servidor que viveu durante os 12 anos dos governos Aécio e Anastasia, que recebia religiosamente no quinto dia útil, décimo terceiro em dia; acabou o Promorar, que beneficiou 6 mil bombeiros e policiais militares, com prêmio de produtividade. Não se pagam diária, ajuda de custo, férias-prêmio. Este governo desmantelou todas as políticas públicas, e o funcionalismo público hoje se arrepende amargamente. E digo mais, Doutor Wilson Batista, até os professores, os servidores da educação aliados do PT hoje amargam o arrependimento, porque o governo não pagou o Piso Nacional da Educação. O funcionalismo está revoltado, 157 mil servidores estão recebendo parcelado há um ano e nove meses.

O deputado Bonifácio Mourão (em aparte)\* – Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. mais uma vez está fazendo uma avaliação muito lúcida. E V. Exa. tem raízes fincadas na Polícia Militar, corporação a que tão bem serviu ao longo de boa parte da sua vida. Gostaria de saber de V. Exa. o que a Polícia Militar, o que o governo Pimentel, do PT, vai conseguir em termos de segurança para Minas Gerais ao fechar batalhões de polícia. Ele está fechando e acabando com o 43º BPM de Governador Valadares. A nosso ver, com essa medida drástica que o governo e o comando-geral estão tomando, o número de policiais vai aumentar em no máximo 10, porque só vão tirar do cargo e colocar na rua aqueles policiais que estão em cargos administrativos na unidade do 43º BPM. Ao mesmo tempo, o governo está trocando, na capital, companhias de polícias por *vans* e também está acabando com algumas bandas da Polícia Militar. Deputado Sargento Rodrigues, V. Exa. sabe melhor do que eu que o governo está com uma lista de sete bandas da Polícia Militar de batalhões de Minas Gerais para serem extintas. E vai colocar uma meia dúzia de policiais a mais nas ruas, um número insignificante com relação ao tanto que está faltando no Estado de Minas Gerais.

V. Exa. tem batido tanto nessa tecla e acabou de falar sobre a necessidade de treinar mais os policiais e dar melhor armamento para que tenham condições mínimas para lutar contra os bandidos. V. Exa. não acha que seria esse o caminho, em vez de fechar batalhões de polícia, extinguir bandas? Isso não é, no juízo de V. Exa., numa clareza solar, uma incompetência total e absoluta do governo?

O deputado Sargento Rodrigues\* – Deputado Bonifácio Mourão, V. Exa. sempre é um deputado muito atento, perspicaz, preparado e conhecedor. Com relação ao 43º Batalhão, este deputado destinou uma emenda de R\$100.000,00 para reforma dos alojamentos de cabos, soldados, sargentos e oficiais.

Aliás, até estivemos lá, recebendo uma homenagem do Cel. Marcelo, à época tenente-coronel, comandante daquela unidade. Agora, deputado Carlos Pimenta, querem fechar o 43º Batalhão. O governo está desesperado. Tenho dito do desespero da Polícia Militar por efetivo, deputado Carlos Pimenta – quando o deputado é sério e honrado, fazemos questão de lhe dirigir a palavra. Então, V. Exa. deve observar o que está acontecendo nos destacamentos, pelotões e companhias da Polícia Militar no Norte de Minas: o desespero por efetivo é demais, porque a polícia está entrando em colapso. Mas o governador...

O governador prometeu 12 mil policiais. Na Comissão de Segurança Pública, estou sempre exibindo um vídeo, deputado Carlos Pimenta, do dia 4/9/2014, em que ele fala que a segurança vai mal e que ele vai contratar 12 mil profissionais, requalificar, remunerar, valorizar e equipar as viaturas com *tablets* e GPS. Deputado Carlos Pimenta, falta colete nos destacamentos! Eu e minhas equipes do gabinete itinerante já percorremos todos os destacamentos e pelotões do Norte de Minas. Neste momento, os assessores Juarez e Anelmar, do meu gabinete itinerante, estão visitando 25 municípios da Zona da Mata. E é isso o que está acontecendo no interior do Estado: coletes e munições vencidos, armamento obsoleto e viaturas caindo aos pedaços. Mas o governador Fernando Pimentel...

Os senhores que estão nas galerias, que são trabalhadores, homens e mulheres honrados, que trabalham e pagam imposto na hora em que acendem a luz de manhã, abrem a torneira de água, riscam o palito de fósforo, usam o gás, usam o arroz, o feijão ou o

óleo, os senhores sabem para que ele usa o dinheiro público? Para buscar, de helicóptero, o seu filho em Escarpas do Lago. Foi um deslocamento pequeno, que custou ao contribuinte só R\$20.000,00 ou R\$30.000,00. É um governador que não anda nas ruas; que quando faz uma cerimônia para entregar viaturas tem de fazer dentro dos quartéis, porque não vai à praça pública. Ninguém neste estado viu o governador em praça pública, a não ser no dia 21 de abril, Dia de Tiradentes, quando ele botou uma tropa de choque gigantesca da Polícia Militar para que ninguém entrasse na praça. É um governador que não entra em um restaurante em Belo Horizonte; um governador que não tem coragem, deputado Dalmo Ribeiro Silva, de entrar em um *shopping center*. Sabem por quê? Porque foi denunciado por três vezes no STJ, por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, e é chamado pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal de chefe de organização criminosa.

Acredito até, deputado Gustavo Corrêa, líder do nosso bloco, que ele já deve pedir música no *Fantástico*. Quando um jogador de um time da Série A do Campeonato Brasileiro faz três gols em uma partida, ele pede música. Então, Pimentel já pode pedir música: é a terceira denúncia que recebe no STJ, todas por desvio de dinheiro público. Isso para um cidadão, deputado André Quintão, que é chamado de chefe de organização criminosa, conforme os termos da delação premiada do Sr. Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené. É uma vergonha! Mas o governador que causa vergonha aos mineiros está destruindo todas as políticas públicas que foram construídas ao longo de 12 anos em Minas Gerais!

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva\* – Muito obrigado, Prof. Bonifácio Mourão, caríssimo presidente desta reunião e querido amigo. É um prazer vê-lo conduzir a reunião na tarde de hoje. Caríssimos visitantes da terceira idade, deputados, deputadas, amigos da TV Assembleia e todos aqueles que nos acompanham no dia a dia das nossas atividades.

Sr. Presidente, estou ocupando a tribuna neste momento para fazer alguns registros que entendo necessários e muito oportunos. Refiro-me, inicialmente, a uma audiência pública que realizamos nesta Assembleia Legislativa no dia 14 próximo passado, na Comissão de Educação, com a participação da Adeomg. Quero saudar a minha estimada amiga Ana Maria Belo, que tanto tem feito em prol das nossas diretoras. Naquele dia, conseguimos reunir, na audiência pública, exatamente 330 diretores do Estado de Minas Gerais, 32 superintendências de ensino e 150 municípios.

Quero fazer um relato do trabalho da nossa associação, a Adeomg, em defesa das nossas diretoras, que dão tudo de si para garantir o bom andamento das suas escolas, reunindo escola, família e filhos, conforme ouvimos em inúmeros depoimentos na audiência passada. O que queremos e o que discutimos foi a valorização do diretor, que, muitas vezes, é esquecido. Sabemos hoje que o diretor é a espinha dorsal no funcionamento de uma escola de excelência. Não podemos dizer absolutamente nada, não podemos dizer se uma escola vai bem ou mal se não conhecermos a direção do estabelecimento.

Sabemos o sacrifício que as diretoras fazem e a dedicação que elas têm ao longo da vida, durante tantos e longos anos, durante décadas de trabalho na gestão pedagógica, no dia a dia, e principalmente na gestão administrativa. Além disso, sabemos da sua participação com a comunidade e na gestão financeira para administrar as caixas escolares. São elas diretoras cuidadas e cautelosas na administração de caixas escolares, diretoras que não se cansam de trabalhar. Pelo que ouvimos, caro presidente Mourão, são diretoras que trabalham durante 12 horas, entram de manhã e ficam até o terceiro turno, administrando as classes, substituindo professores, inclusive ministrando matérias, participando ativamente da cantina, verificando a frequência e a conduta dos alunos. Esse é o papel da diretora.

V. Exa., caríssimo deputado Mourão, esteve muito bem representado na sua região. Muitas diretoras aqui estiveram buscando na nossa Assembleia Legislativa e na Comissão de Educação um passaporte para uma negociação com o governo, a fim de que, acima de tudo, possam ser valorizadas. O tema foi “A valorização da educadora e da servidora”.

Durante toda a vida estudei em escola pública. A minha querida e saudosa mãe, Dolores Ribeiro Silva, durante mais de 50 anos, deputado Mourão, foi diretora da Escola Estadual Coronel Paiva e dava tudo de si para a própria escola. Aliás, ela misturava a

família com os alunos, os diretores e os professores. Foi um exemplo que pudemos ouvir aqui, na semana passada. Estão lutando para que o trabalho seja valorizado ao longo do tempo. É isso que queremos. A propositura dessa audiência pública, como ficou claro nos depoimentos de todos os diretores que usaram a tribuna, foi exatamente esta: a garantia da valorização.

E a valorização, meu caro presidente, está no contracheque. É isso que temos de fazer. Hoje os diretores estão ganhando praticamente um salário insignificante, dando, acima de tudo, o seu tempo, a sua participação, a sua dedicação incansavelmente.

Então, quero nesta tribuna agradecer muito. Em primeiro lugar, a nossa Adeomg, na pessoa da Ana Maria e toda a diretoria; a todos os diretores que aqui estiveram, de perto, de longe e de muito longe. Viajaram todo o Estado de Minas Gerais para estar aqui conosco. Nada, nada, foram 330 diretores, mais de 150 municípios para ouvir exatamente esse compromisso da nossa Comissão de Educação, de ir, mais uma vez, à Secretaria de Educação para que seja reestabelecido o direito de cada um, a valorização do servidor, a valorização do próprio diretor de escola.

Então, quero agradecer em nome da minha equipe, do Léo e da minha querida assessora Terezinha, que não mediu esforços também para recepcioná-los. Agora, na quinta-feira, sem dúvida alguma, houve um grande incentivo de esperança de todos os diretores de todas regionais que aqui estiveram. Certamente estaremos aí com o requerimento já apresentado e aprovado, para que a secretária de Educação, o governo de Estado possa reavaliar a situação exata de cada diretora, a responsabilidade que cada uma carrega dentro do seu estabelecimento. É isso que estamos querendo.

Na verdade, a luta não vai acabar aqui, caro deputado Fabiano Tolentino. Ela se iniciou nessa audiência, e quero dar continuidade a ela. Dentro de 30 dias, teremos um novo encontro com as diretoras para que o Estado tenha, acima de tudo, a sensibilidade com cada uma, aquela gestora de qualidade, de excelência e de muito compromisso com a educação de cada município. Sabemos da importância que tem a gestora da educação, a diretora do estabelecimento, que tem a galhardia, a honra, a dedicação de representar a sua amada e querida escola. Ressalto que os depoimentos foram muitos e emocionantes. Várias diretoras emocionadas falaram da sua escola, da sua vida. Mas, para isso, o Estado precisa valorizar o diretor. Contamos com a participação efetiva desta Assembleia Legislativa em nossa caminhada.

O deputado Fabiano Tolentino (em aparte) – Parabéns, deputado Dalmo. É dessa forma, né? Só teremos um Brasil melhor com educação. No momento em que investimos em educação, em bons profissionais, em bons salários, pagando no quinto dia útil, e não em três parcelas, teremos uma educação de qualidade. Parabéns a V. Exa., que, nesta tarde, traz uma pauta tão boa para esta Casa.

Na oportunidade, gostaria de agradecer também a V. Exa. por ter assinado a CPI. Hoje estamos começando a colher assinaturas da CPI da Copasa, e V. Exa. já assinou. Tenho certeza de que o deputado Bonifácio Mourão, que também preside nesta tarde a nossa reunião ordinária, vai assinar e, da mesma forma, o deputado João Leite. Já estamos com 12 assinaturas, e a nossa meta são 26. Não tenho dúvida de que conseguiremos isso. Com 77 deputados, não é possível que não teremos 26 que realmente entendem que a Copasa está fazendo um desserviço para Minas Gerais.

São várias cidades, deputado Dalmo, que não têm água neste momento. E ficar sem água durante oito dias, seis dias na sua residência é muito triste. Não têm água nem para fazer comida para as crianças. Além disso, a água é de má qualidade, água realmente com muito cloro. Então, não podemos admitir mais isso. Estamos em outro momento, um momento em que as câmaras municipais já começam também a fazer as CPIs, deputado Dalmo. Já está montada a CPI da Copasa em Divinópolis por falta de água, problema de saneamento, falta de tratamento da rede de esgoto. Em Iturama também. Inclusive, o vereador Calixto já finalizou a CPI lá, denunciando a Copasa pelos crimes ambientais e demais crimes. Da mesma forma, em Alpinópolis, o vereador Rafael está fazendo um trabalho fantástico. Ontem, em São Gonçalo do Pará, foi aberta pelo vereador Juninho a CPI para investigar a condição da Copasa no município, que também não tem água, não tem infraestrutura, não tem tratamento de esgoto. Também estamos fazendo a CPI da Copasa em Itapeçerica, em Pouso Alegre, em Paracatu e vamos fazer por Minas Gerais inteira. Em Bom Despacho, em Arcos... O Ministério Público já deu uma sentença de R\$500.000,00 de multa à Copasa. E a coisa está mudando.

Antigamente, deputado Bonifácio Mourão, quando chegava ação da Copasa, o Judiciário nem dava sentença contrária. Agora vai pensar na sociedade. Então que o juiz possa realmente ater-se à sociedade, ver o que ela está passando, e possa sentenciar a favor do povo.

Muito obrigado, deputado Dalmo Ribeiro Silva. Obrigado por ter assinado a CPI da Copasa.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva\* – Muito obrigado a V. Exa.

Estamos querendo trazer outra pauta neste momento, e inicialmente agradecer ao Dr. Edgard Penna Amorim, digníssimo presidente do Tribunal Regional Eleitoral, que tem aberto um espaço junto ao tribunal para discutirmos o efeito da Resolução nº 1.039. Como todos sabem, essa resolução é para discutir o rezoneamento das zonas eleitorais, em cumprimento a uma determinação do TSE. Na semana passada, estivemos com muitos municípios e contamos com a presença de S. Exa. para discutirmos essa questão. Sabemos que a resolução já foi publicada e estamos buscando essa discussão, em sede de reconsideração para inúmeros municípios do Estado de Minas Gerais, particularmente do nosso Sul de Minas, uma vez que ocorreu a extinção de 55 zonas eleitorais, em decorrência de relatório apresentado por um grupo de trabalho designado pelo próprio TRE. Pudemos ouvir nesse encontro, o qual quero agradecer muitíssimo ao presidente do TRE, o nosso caríssimo juiz Dr. Edgard Penna Amorim, que essa forma como foi feita trará sérios prejuízos à população. O eleitor deixa de ter uma zona eleitoral na própria comarca para ir para outra distante. São quilômetros de distância que os eleitores terão de percorrer para arrumarem os seus títulos, muito embora haja postos de atendimento em cada comarca.

Já existe todo um expediente para apresentarmos também um pedido de reconsideração dessa resolução junto ao TSE, para que haja, acima de tudo, essa visão. Não podemos, neste momento, trazer dificuldades ao eleitor. Sabemos das comarcas que já estão instaladas, as zonas eleitorais, e a extinção de uma zona eleitoral é um prejuízo muito grande dentro do processo democrático. Isso não será sentido no próximo ano, e, sim, daqui a dois anos, nas eleições municipais.

Para encerrar, caríssimo presidente, deputado Bonifácio Mourão, quero lembrar que V. Exa. esteve conosco também. Ontem tivemos o prazer de receber em Belo Horizonte o governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, que veio trazer aqui a sua fala, a sua experiência nos desafios econômicos do País. Uma plateia altamente gabaritada, com empresários, políticos, alunos. Ele colocou exatamente o que pensa do Brasil nessa modalidade tão difícil que estamos vivendo. Expôs sobre suas gestões, sua experiência como governador de São Paulo. Principalmente tratou das PPPs. Falou sobre essa gestão, que tem sido feita com tanta transparência e com tanta responsabilidade.

Então quero também, em nome do PSDB, agradecer, mais uma vez, a presença entre nós do caríssimo amigo Geraldo Alckmin. Estiveram presentes também o nosso senador Anastasia e vários deputados. O deputado Felipe Attiê fez um pronunciamento parabenizando todos aqueles deputados federais e estaduais. Quero destacar a importância que é, sem dúvida alguma, uma discussão de alto nível com a presença do governador Geraldo Alckmin entre o povo mineiro.

Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite\* – Sr. Presidente, Dalmo Ribeiro Silva, deputados, telespectadores da TV Assembleia, volto a esta tribuna para tratar de um tema muito caro a todos nós belo-horizontinos, uma preocupação. Como presidente da Comissão de Segurança Pública e como deputado, sempre me preocupei com a questão do Anel Rodoviário. Muitas foram as vezes que realizamos audiências públicas para discutir o tema Anel Rodoviário. Portanto ao discutir esse assunto, procuramos entender como pode haver tantos acidentes, numa via de 27km, que corta Belo Horizonte na divisa com Contagem, especialmente em um trecho muito conhecido, a descida de Olhos d'Água para Betânia.

Tratarei desse tema à frente. Antes de fazer isso, gostaria de conceder um aparte ao nosso professor, economista e deputado Felipe Attiê. Gostaria muito de ouvir o deputado Felipe Attiê, sempre com uma aula para nós sobre este momento pós-PT do governo

federal, agora com o vice-presidente do PT, Michel Temer. Queremos sempre ouvir uma análise do deputado Felipe Attiê. Por favor, queremos ouvi-lo.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Meu caro colega deputado João Leite, estamos agradecidos por V. Exa., dentro desse longo tempo que tem, ter-nos concedido este aparte, a fim de que possamos falar aqui desta tribuna.

Há pouco tempo, ouvi as palavras do ilustre deputado líder do governo do PT, que é uma pessoa especializada na área de assistência social. Fico até com dó do ilustre deputado, porque o Estado brasileiro está falido por muitos e muitos e muitos anos, falido por medidas que não foram tomadas no governo Lula, que empurrou a reforma da previdência com a barriga, fez uma ganância sem precedentes, elevou os gastos públicos e levou o Estado brasileiro à insolvência.

A D. Maria e o Sr. Joaquim têm de entender o seguinte: o governo brasileiro – quando digo “governo brasileiro” estou falando da União, da grande maioria dos estados e da grande maioria dos municípios... É como se a D. Maria e o Sr. Joaquim ganhassem R\$100,00 por mês e gastassem R\$50,00 para se vestirem, calçarem e se alimentarem; gastassem R\$50,00 para terem um carro e uma casa; gastassem mais R\$50,00 para pagar a escola dos filhos e os seus encargos; e gastassem mais R\$100,00 com a manutenção dos tributos e taxas. A D. Maria e o Sr. Joaquim ganham R\$100,00 e gastam R\$250,00 por mês.

Há uma diferença entre o Estado brasileiro e a D. Maria e o Sr. Joaquim. Se a D. Maria e o Sr. Joaquim quiserem tirar os meninos da escola e não quiserem pagar nada, se quiserem vender o carro, se quiserem ir morar debaixo da ponte, se quiserem fazer tudo, eles poderão fazê-lo, poderão reduzir essa conta passando a gastar só com a comida, para ficarem vivos. É triste, é indigno, é custoso, mas a conta de R\$250,00 pode ir para R\$100,00 ou até para menos de R\$100,00. Agora pergunto: o Estado brasileiro, os governos estaduais e federal têm como reduzir a sua ganância? Não. Como você deixa de pagar as aposentadorias da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, dos altos funcionários da Receita Federal, do Senado, da Câmara Federal, do pedreiro, que se aposentou, de todas as categorias que existem nessa previdência federal, que tem um déficit astronômico? É lógico que quem causa o déficit é o setor público, não o pedreiro, a D. Maria e o seu Joaquim, que se aposentaram com R\$1.200,00, R\$1.100,00 ou R\$980,00. Nada disso. Quem quebra a previdência é o coronel, que está aposentado com R\$30.000,00, o general, os altos funcionários da Receita Federal, os funcionários do Senado e da Câmara Federal, que estão aposentados com R\$35.000,00, R\$30.000,00, R\$25.000,00, R\$40.000,00 por mês. Esse pessoal é que quebra a previdência. Nunca será o pedreiro que se aposentou com R\$900,00, o costureiro ou o carpinteiro. Basta pegarmos as contas que veremos claramente onde está o déficit. E como se corta isso? Não tem jeito de cortar.

Vejo aqui um deputado falar de social, mas o social acabou no Brasil por muitos anos. Acabou! O dinheiro do governo brasileiro para as próximas décadas é para pagar a aposentadoria, mesmo que se faça a reforma da previdência. Sem crescimento econômico, vamos ao caos. Não vamos dar conta de pagar essa previdência. Não vai ter como, porque a dívida pública está crescendo. Este governo federal, que mal tem dinheiro para pagar tudo isso, ainda gasta R\$159.000.000.000,00 a mais por ano. Então as pessoas não têm ideia da situação, da catástrofe do Brasil.

O deputado João Leite\* – Deputado Felipe Attiê, queria aproveitar V. Exa. na tribuna, fazendo esse aparte, para perguntar algo que as pessoas questionam sempre, deputado: o rombo da previdência é por causa das aposentadorias ou pela falta de recolhimento? Após o patrão cobrar do trabalhador, ele se apropria daquele dinheiro e não repassa para a previdência? Qual é o valor dessa dívida das empresas com a previdência? O problema da previdência está na aposentadoria do trabalhador ou na falta de pagamento dos empresários, que se apropriaram do dinheiro que o trabalhador pagou, que seria da previdência?

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Isso é conversa fiada. Dívida na previdência é igual a dívida da Caixa, de gente que não pagou. Onde não há dívida no Brasil? É preciso cobrar dessas empresas, mas é ilusório e mentiroso dizer que isso resolverá o problema da previdência. A previdência é para os próximos 30, 40, 50, 70, 100 anos. Essa dívida é insuficiente para alguns poucos anos. E ela é uma dívida de empresas que faliram, uma dívida que está em discussão judicial, em demanda, e o governo tem de executar, mas muitas são impossíveis de receber. Temos de dizer quem é que está quebrando a previdência. Quem está quebrando a

previdência não são os trabalhadores da iniciativa privada, não é o pedreiro, o carpinteiro ou a empregada doméstica, com salários de R\$900,00, R\$1.200, R\$1.400, do teto do INSS. Quem está quebrando a previdência são os altos salários que tem o Legislativo brasileiro, os salários dos aposentados do Senado, da Câmara, que estão girando em torno de R\$25.000,00 ao mês, e dos servidores que estão no STJ, no STF e na Receita Federal. Não podemos tampar o sol com a peneira. Isso é até uma questão de justiça. Em que lugar está isso? Nos altos salários. O que não se pode fazer é uma reforma da previdência para o pedreiro, o carpinteiro, a D. Maria, costureira, pagarem a conta. Se for assim, será como estar num restaurante em que se sentam num grande salão os altos funcionários da Receita Federal, das universidades federais, do Tribunal de Justiça e do STJ, com todas essas grandes aposentadorias, de R\$20.000,00, R\$15.000,00, além dos funcionários do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Eles vão servindo comida, e é aquela festa toda dentro do salão. Os altos funcionários, aposentados com R\$20.000,00, R\$25.000,00, R\$30.000,00, estão ali, e, de repente, vem a conta. Eles vão para o lado de fora do salão e dizem: “Peguem o vigia de carro aí, que é autônomo. Chamem ele para vir aqui”. Mas ele estava do lado de fora vigiando o carro. Continuam dizendo: “Busquem lá fora o guarda-noturno particular. Chame ele para vir pagar a conta. Batam na casa da vizinha, ela é costureira, e peçam a ela agora para pagar”. Mas ela estava dormindo, não estava na festa. Ela não estava recebendo R\$17.000,00, R\$25.000,00, R\$30.000,00, por mês. Ela estava dormindo. Continuam dizendo: “Chamem a costureira”. O pedreiro acorda, ele também está de frente para o salão. Aí dizem: “Chamem ele para pagar a conta da festa”. Mas quem comeu foi o general, o coronel, o auditor-fiscal da Receita, o consultor *master pister plan* do Senado da República. Continuavam dizendo: “Chamem a D. Maria e todo mundo para pagar. Chamem. Chamem eles, do lado de fora; chamem a turma dos R\$900,00, dos R\$1.200 para dentro da festa, para virem pagar a conta do baile, da festa”. O vigia de carro estava trabalhando, a costureira estava dormindo, o pedreiro já estava se levantando para trabalhar, porque eram 5 horas, hora em que o baile estava acabando, e o chamaram para pagar a conta da Previdência Social.

Essa reforma da Previdência que o Temer quer fazer ele não quer enfrentar. Esses grupos que têm força no parlamento vão enfrentar a Justiça, vão enfrentar as Receitas Estadual e Federal? Vão enfrentar os altos funcionários, os donos do poder?

Aí manda a conta para o Zé do Coco, para a costureira, para o pedreiro pagarem a reforma da previdência, aqueles que recebem R\$1.110,00, R\$1.200,00, aqueles que nem atingem o teto do INSS e também aqueles que o atingem. O que está acontecendo, João, é muita conversa fiada, é muita gente que não sabe fazer conta, não entende de aritmética, que mente com números. É politicagem de sindicato, porque essas pessoas são poderosas. É o estamento burocrático jurídico que o Raymundo Faoro descreveu e que tomou conta do Estado brasileiro. São os donos do poder, como ele diz no seu livro. Eles não querem ceder. Os pobres desorganizados, aqueles que o PT gosta de comprar, com essa política social e a expansão de gastos, como o da previdência pública, quebraram o Estado, geraram a sua falência por muitos anos. Os economistas chamam isso assim: “D. Maria, a senhora gasta R\$250,00 e ganha R\$100,00 com o Sr. Joaquim. No governo, nós chamamos isso de crise fiscal.” Então, minha senhora, meu senhor, crise fiscal é ganhar R\$100,00 por mês e gastar R\$250,00; é ganhar R\$1.000,00 e gastar R\$2.500,00; é ganhar R\$10.000,00 e gastar R\$25.000,00. Isso é crise fiscal, quando se diz governo estadual e governo federal. Como isso se sustenta? Pegando dinheiro emprestado do mercado. A dívida pública brasileira de R\$4.300.000.000.000,00 já está dando 70% do PIB. O que é o PIB? É toda riqueza produzida no Brasil em um ano. É preciso se apropriar de 70% dela para pagar a dívida. Quando isso chegar a 80% os caras vão falar que não vai ter jeito. Esse governo ainda deu um rombo nas contas públicas de R\$159.000.000.000,00, que está crescendo. E como pagá-lo? Tomando mais dinheiro emprestado. Aí a dívida vai subir de 70% para 72%, 73% e quando atingir 80% a Grécia poderá ser aqui. Aí será o caos. Se não tivermos crescimento econômico para gerar receita, amortizar essa dívida e trazê-la a um patamar em que as pessoas continuem emprestando ao Estado, quando chegar a 80% eles dirão: “O déficit foi de R\$160.000.000.000,00. Ninguém vai empresar dinheiro ao governo.” Aí teremos desemprego em massa, falência de banco, uma correria. Não podemos brincar com isso. É o que vimos na Grécia. Para ficar todo ano gastando R\$159.000.000.000,00 do que arrecada, não vai fazer absolutamente nada. É uma situação inimaginável. A D. Maria tem como sair de R\$250,00 e voltar para R\$100,00, que é o que ela ganha. Mas o governo não tem como voltar atrás, não tem como cortar aposentarias, não tem como cortar

benefícios, não tem como fechar hospitais. Não tem jeito! Governo não é igual a cidadão, é pior. Uma vez feito o gasto, é muito difícil voltar atrás. Pode-se até cortar, mas não nessa proporção. Esse desequilíbrio com que o PT tocou o Brasil nos últimos 14 anos levou o País a uma insolvência, com total irresponsabilidade. Como falar em política social? O governo vai ter dinheiro nos próximos anos para arrumar telhado de escola, abrir novas escolas, fazer novas estradas, se não tem dinheiro para investir ou manter o que tem? Estamos condenados, por um bom período de tempo, a essa ganância, essa irresponsabilidade da esquerda brasileira, que colocou o País numa inflação alta, numa falta de crescimento, num endividamento interno gigantesco de R\$4.000.000.000,00, que levaram o Brasil a essa situação nos últimos 14 anos. Vamos precisar de décadas para equilibrá-la.

A esquerda brasileira assassinou o Estado brasileiro. Assassinou aquilo que eles mais gostam de falar: a capacidade de fazer política social. Veja o que o Pimentel está fazendo, João.

Nada! Nos próximos governos é zero, só propaganda enganosa. O Estado não tem dinheiro agora, nem no próximo mandato e nem no outro.

Ontem, fiz uma pergunta ao Geraldo Alckmin e ele foi muito educado. Ele se queixou de que o Estado de São Paulo teve um déficit na previdência, no ano passado, de R\$17.000.000.000,00, ou seja, entre o que arrecada dos trabalhadores e o que o governo paga com a despesa de salários dos inativos. Estava chorando por esse valor. Eu lhe perguntei como fariamos aqui em Minas Gerais. Disse-lhe que no ano passado eles tiveram uma receita nos cofres do Estado de São Paulo de R\$207.000.000.000,00, o estado mais rico do País. Disse-lhe ainda que ele tinha seiscentos e poucos municípios, uma Goiás a menos que Minas. Disse-lhe que ele teve R\$17.000.000.000,00 de déficit para R\$207.000.000.000,00 de receita. E nós que tivemos R\$15.000.000.000,00 de déficit para um orçamento de R\$81.000.000.000,00, governador? Minas Gerais arrecada 2,5 a menos do que São Paulo. Arrecadamos, no ano passado, R\$81.000.000.000,00 de tributos, enquanto São Paulo arrecadou R\$207.000.000.000,00. Minas conseguiu ter um déficit de R\$15.000.000.000,00 na previdência, em R\$81.000.000.000,00 de receita. São Paulo, que tem um orçamento de R\$207.000.000.000,00, está reclamando de R\$17.000.000.000,00. O governador olhou com um olhão, deu uma risadinha e não quis dizer que estamos quebrados, loucos e falidos. Perguntei-lhe como se resolvia isso. Não quis falar, mas deu a receita dura, porque isso vai explodir.

Se a maior economia do País, com 43% da riqueza produzida no País, teve uma receita de R\$207.000.000.000,00 e um déficit de previdência de R\$17.000.000.000,00, como Minas Gerais, com R\$81.000.000.000,00, teve um déficit de R\$15.000.000.000,00? Minas ainda tem uma Goiás a mais de municípios. O Estado está falido. Esse povo do PT não tem dinheiro para dar uma caixa de fósforo para um mendigo na rua, não tem dinheiro sequer para pagar os aposentados e as professoras até o final do ano. Ficam aí fazendo a velha pirâmide: pegam aqui, tampam ali, vendem o almoço para comprar a janta. É o velho rolo. Se pudessem ir à Crefisa, se tivesse alguém que emprestasse dinheiro para negativado, tudo bem, mas as contas do Estado não permitem retirar dinheiro em lugar nenhum. Faliu. O PT mente, esconde isso. Isso vai explodir, como ocorreu no governo federal. O Pimentel mora em outro estado e em outro país.

O Alckmin arregalou um olho quando eu lhe disse que o nosso déficit era de R\$15.000.000.000,00 frente a uma receita de R\$81.000.000.000,00 e que ele tinha 2,5 a mais de receita do que Minas e com um déficit só de R\$2.000.000.000,00 a mais na previdência. Repito, arregalou um olho e disse: “Nossa!”. Quer dizer, se alguém quer ser presidente da República, vai ter de ajudar os mineiros a sair desse chiqueiro atolado em que estamos. E sair dele não será fácil. Não sei como se sai. Não tenho solução aritmética, não tenho conhecimento como economista, para resolver o “irresolúvel”. Tornou-se “irresolúvel” quando Sr. Pimentel não quis fazer reforma da previdência, não quis fazer nada.

O déficit da previdência, em 2015, era de R\$7.800.000.000,00. Quando chegou em 2016, o povo correu para se aposentar, como quando o banco vai quebrar e todo mundo corre para retirar o dinheiro. O déficit saltou de R\$7.800.000.000,00 para R\$15.000.000.000,00. Agora o povo já se aposentou. Agora o capitão bombeiro militar, lá, em Uberlândia, já está aposentado. Está lá



na chácara dele, capitão, com 49 anos, malhado, forte, firme, ganhando R\$15.000,00, e aposentado; já se aposentou aos 49 anos. Como vai desaposentá-lo? Do jeito que ele faz exercícios e é malhadinho, vai ter de pagar o salário dele até os 100 anos de idade, dos 49 aos 100. Não há mais jeito de desaposentar, Pimentel. O senhor condenou o Estado à ruína por anos. O PT, inoperante no Brasil, condenou o País por anos.

Vocês vão ver, não tem salvador da pátria, não tem como um mais um ser três não. Um mais um não são três em lugar nenhum do mundo desde que se criou a aritmética. Conversa de político prometendo gastar dinheiro num Estado que está falido? E o Estado de Minas Gerais falido é a União falida. Nisso parece que São Paulo ainda está de pé. Só São Paulo, os danados dos paulistas não são brincadeira para fazer dinheiro não.

Mas a situação, João Leite, é tão boa que a esquerda, que adora estatal, com boquinha; com cargo em conselheiro de 40 paus; com conselheiro que não sabe de nada, que não vê nada, que não conhece nada, que não troca uma lâmpada na Cemig se precisar... Mas é conselheiro daquela empresa e ganha R\$40.000,00. “Vá trocar a lâmpada!”; “Não sei mexer com isso.”; “Como entra nesse poste, o que tem que por?”. Não troca uma lâmpada, não sabe a diferença de um ampere e de um watt, não sabe o que é isso, não sabe o que é voltagem, não sabe o que é um amperímetro, não sabe nada, não conhece nada, não conhece matemática financeira, não conhece administração. É conselheiro da Cemig ganhando 40 paus.

Vou contar para vocês, povo de Minas Gerais, onde vai parar este país e este estado. Nós, de Uberlândia, estamos fazendo uma obra gigantesca de saneamento, projetada quando eu ainda era secretário daquele governo, na época do prefeito Odelmo Leão, entre 2009 e 2012. É uma obra de transposição do Rio Araguari para dentro do Rio Uberabinha, de Uberlândia, que possibilitará que Uberlândia, que hoje tem 700 mil habitantes, tenha água para até 2 milhões de habitantes. Essa obra vai a todo vapor, é feita com recursos do povo de Uberlândia, do Dmae, Departamento Municipal de Água e Esgoto, do povo de Uberlândia. Essa água custa 33% do valor da estatal Copasa. Saibam a senhora e o senhor que mora em Belo Horizonte que o custo da água de Uberlândia é 33% do valor da água da Copasa da vida, da água e do esgoto. E saibam que Uberlândia tem 98% de água e esgoto tratados e que estamos transportando o Rio Araguari para dentro do Rio Uberabinha, num sistema de dutos, para termos água para até 2 milhões de habitantes. Isso com recursos próprios.

Meu primo, o Sr. Sérgio Vieira Attiê, é diretor-geral do Dmae, engenheiro civil formado pela universidade federal, arquiteto formado na Universidade Santa Úrsula, do Rio de Janeiro. Ele tem mestrado, tudo quanto é especialidade, é um dos grandes arquitetos da história de Uberlândia, e mandou uma carta pedindo para que a Cemig construa lá a estação de energia elétrica para que a ETA Capim Branco, a estação de tratamento de água de Capim Branco, seja concluída. Ela vai ser concluída e inaugurada em janeiro de 2019, quando teremos água para 2 milhões de habitantes. Ele pediu à Cemig, e me manda o prefeito Odelmo Leão a seguinte carta: “Sr. Deputado, com nossos cordiais cumprimentos, considerando o Ofício nº 2.934/2017 – cópia anexa – informando sobre a conclusão da ETA Capim Branco, prevista para janeiro de 2019, e, tendo em vista que a Cemig” – Centrais Elétricas de Minas Gerais, aquela companhia que Juscelino Kubitschek fundou para fazer o progresso e o desenvolvimento das Minas Gerais – “solicitou prazo para conclusão da Subestação de Integração Uberlândia 10, com prazo de término previsto em 31 meses, ou seja, a previsão de entrega da subestação integradora se dará aproximadamente 18 meses após a ETA Capim Branco ter sido concluída, impedindo seu funcionamento durante todo esse período”.

Povo de Minas Gerais, povo de Uberlândia, saiba que a Cemig quer que uma obra de quase R\$500.000.000,00, a maior obra de transposição de saneamento do Estado de Minas Gerais, seja feita com o dinheiro do povo de Uberlândia e espere 18 meses fechada, numa crise hídrica dessa, para fazer a subestação de integração Uberlândia 10. Quebrou, hein, Cemig! O Dmae vai pagar por essa energia, o povo de Uberlândia vai pagar essa água e o esgoto de Uberlândia. O Dmae quer que a Cemig faça a subestação, e a Cemig pede 18 meses depois que a obra estiver pronta, essa obra gigantesca e triunfal do povo de Uberlândia, para, talvez, entregar a subestação de energia elétrica funcionando. Estamos falando da estação de tratamento de água de Capim Branco, que capta a água do

Rio Araguari e coloca no Rio Uberabinha para abastecimento daquela cidade, quando ela atingir 2 milhões de habitantes – estamos com 700 mil.

A crise hídrica está feia, não chove há meses no cerrado de Minas Gerais, e a Cemig não tem dinheiro. E aí, Rogério Correia, e aí, turma do sindicato, Beatriz Cerqueira, porque vocês não fazem uma vaquinha para emprestar dinheiro para a Cemig, para fazer a extração de energia elétrica para Capim Branco, na nova obra de R\$500.000.000,00, a maior obra de saneamento de Minas Gerais, uma das maiores do País em andamento que vai levar água para o povo de Uberlândia? Energia essa que o Dmae vai pagar na Cemig. Essa turma do sindicato vai ter de fazer uma vaquinha, porque eles não gostam de olho puxado de chinês.

A conversa da Beatriz Cerqueira, deputado João Leite, é a mesma do Geisel: “Energia elétrica é uma questão de segurança.” General Ernesto Geisel vai falar: “Energia é uma questão de segurança e estratégia nacional.” Depois vem Beatriz Cerqueira, presidente da CUT-Minas Gerais, líder das professoras do PT, petista de carteirinha, que, inclusive está precisando bater de porrete no governador. Essa sindicalista está muito boazinha, se fosse o Anastasia já tinha posto fogo na Cidade Administrativa. Ela está precisando convocar uma greve de 180 dias, no mínimo, 200 dias, porque o Pimentel não fez o que combinou no tal acordo histórico. Teve gente que pôs até *outdoor* em Uberlândia: “Acordo histórico”. Já viu aqueles maçaricos de fumar charuto, aqueles “isqueirões”, que fazem aquele fogão? Pimentel queimou o acordo histórico e largou as cinzas para o Rogério Correia guardar na caixa vazia de charuto deles no palácio. Acabou, minha filha. Cadê o seu bumbo, o seu tarol, o seu tambor, minha senhora? A senhora não é a grande grevista de Minas Gerais? Cadê as professoras na rua com esse governinho? A senhora está muito mansinha. A senhora pelegou de vez com esse sindicato? O que é isso? Cadê as painelas batendo? Cadê as professoras firmes? O Pimentel está cumprindo o que prometeu a vocês? Prometeu, não; assinou o acordo histórico, a farsa histórica. Cadê o Piso Nacional da Educação? Escutei isso aqui desde 2015. Cadê esse piso? Paga semana que vem, gente. Para de dar o cano nos outros.

Quero concluir o negócio do Dmae. Vejam bem por que tem de vender a Cemig para chinês: quem vai arrumar US\$20.000.000,00? É a CUT? Constrói um *shopping* novo em Minas Gerais hoje e pede para a Cemig montar a energia elétrica. Ela fala: “Daqui a três, quatro anos”. “O *shopping* será inaugurado daqui a um ano”. “Não tenho dinheiro para montar a transmissão. Não tenho dinheiro”. Isso porque a economia está na recessão, deputado Gustavo, não tem nada, está tudo parado, não tem dinheiro para fazer a subestação de energia elétrica para bombear água de Capim Branco. Quê? Dezoito meses depois que a obra estiver pronta, no mínimo.

Uma obra fechada há 18 meses sem gerar água em uma crise hídrica dessas porque não tem dinheiro. Em uma das maiores recessões históricas deste país, como a Cemig vai dar conta de crescer? Como ela vai ter dinheiro para investir se quebraram o Estado brasileiro? O BNDES não tem dinheiro, o BDMG não tem dinheiro, o Tesouro não tem dinheiro para dar para esses bancos. Como vocês, da esquerda, vão fazer o Estado brasileiro crescer? Como? Vocês não têm crédito nem em boteco de pinga. Se vocês, do PT, voltassem para o governo, não teriam crédito nem em boteco de pinga, porque todos sabem a malandragem que vocês implantaram neste país, a falência, a ganância, o rolo que vocês aprontaram neste país e que o inviabilizou por mais de uma década, no mínimo.

É isso que vocês fizeram para o Brasil. Político não pode ver despesa que quer dar trem para os outros, fazer isso, fazer aquilo. E foi fazendo, fazendo, foi fazendo até falir o Brasil. Quero ver o dia em que essa estação estiver inaugurada, Sr. Presidente da Cemig, Sr. Governador. O Pimentel nem estará aqui mais, porque será em 2019. Mas a bomba vai arrebentar com o outro, porque está lá uma obra monumental, moderna, fechada por falta de energia elétrica. O Dmae quer pagar a energia, mas a Cemig não tem dinheiro para montar a subestação e quer mais um ano e meio, no mínimo, depois de pronta para ver se até 2021 arranja o dinheiro da obra que estaria pronta em 2019.

Gente, esse discurso de vocês é discurso para tapear quem não sabe das coisas, gente boba. É o discurso petista, é o discurso da incompetência. Vocês já faliram o Estado. Não tem governador, não tem Marcio Lacerda nem Anastasia que dê conta

deste estado nos próximos quatro anos. É só se assentar na cadeira para cortar trem, brigar, criar confusão. Ai a Beatriz Cerqueira aparece. Na hora em que está o outro, o adversário, ela aparece. Agora ela sumiu.

Então, Sr. Presidente, este país precisa ter essas corporações, o Brasil é um país de corporações. O assunto é extenso, o Brasil precisa ser muito bem explicado para as pessoas que não têm compreensão.

O deputado João Leite\* – Deputado Felipe Attiê, V. Exa. falou das boquinhas. Estou recebendo no meu celular que os prefeitos derrotados do PT em Capelinha, Carbonita, todos são assessores do governador. Este governo tem uma empresa de viação aérea.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Eu precisaria que o deputado Felipe Attiê permanecesse apenas por 1 minuto, porque eu queria que V. Exa. fizesse uma consideração em sua fala. Sou deputado há 19 anos e nunca deixei nenhum deputado sem uma resposta com relação às forças de segurança pública, independentemente de ser colega de bancada, de partido ou de bloco, quem quer que seja. Vou pedir a V. Exa. que, quando der um exemplo, não cite o de um capitão aposentado com 49 anos recebendo R\$15.000,00.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Esse é um caso verdadeiro.

O deputado João Leite\* – Ele estava falando do Exército, Marinha, Aeronáutica.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Não, ele estava falando da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Deve ser de todos os níveis, o salário deles é nessa faixa.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Não, o salário da Polícia Militar de Minas Gerais é maior do que o salário do Exército. Eu queria dizer a V. Exa. que não sabe o que é tirar 30 anos de polícia. Eu tirei 15. Em 30 anos na área operacional, o desgaste é enorme. V. Exa. não sabe, mas de 2003 até o presente momento, temos mais de duzentos profissionais de segurança pública mortos em serviço ou em razão da atividade em Minas Gerais.

É muito diferente, não dá para tratar profissões e profissões passando a régua. Não posso admitir que um servidor que trabalhe na Assembleia Legislativa, na burocracia, tranquilo e com ar-condicionado, que presta serviço de altíssima qualidade, vá se aposentar com o mesmo tempo de um gari que corre atrás de um caminhão. É claro que não. O gari deve ter um tempo muito menor. As profissões devem ser pensadas. Não dá para fazer uma reforma da previdência passando a régua.

Eu queria dizer a V. Exa. que o capitão com 30 anos de polícia em Minas Gerais, que se aposentou aos 49 anos, não ganha R\$15.000,00, não; ganha mais.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Mas ele só fez 20; 10, ele tirou de fora.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Mas é a lei.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – São 20 na polícia; 10 ele tirou de fora.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte) (em aparte)\* – É a lei. Não sei de onde V. Exa. tirou essa ideia de criticar o Policial Militar. Se eu estivesse na ativa...

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Não estou criticando o policial.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Não, V. Exa. está trazendo um exemplo.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Estou trazendo o problema da previdência.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Eu queria que V. Exa. trouxesse aqui, com a mesma coragem, o exemplo dos contracheques do Judiciário, de R\$ 480.000,00, ou do Ministério Público...

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Falei deles aqui. Falei dos assessores da Assembleia, falei de todo o mundo.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Isso, sim. V. Exa. sabe que aqui na Assembleia, por exemplo, tem diretor que ganha R\$40.000,00?

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Sei, sim. Ganha R\$30.000,00, aposentado.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – É isso: há aposentado na Assembleia que ganha R\$40.000,00. Então, é mais do que justo que um capitão aposentado da Polícia Militar ganhe R\$15.000,00 ou R\$20.000,00. E cumprir 30 anos de polícia não é para qualquer um! A atividade policial, seja policial militar, seja policial civil, do sistema prisional ou bombeiro, é muito espinhosa e a mais estressante do mundo. Para essas profissões, 30 anos de serviço é muito tempo, Dalmo.

Eu mesmo sentei em um banco de viatura por 11 anos; sei o que é sol, chuva, poeira, frio e o embate. Você sai, mas não sabe se volta. No dia 14/3/1993, deputado Felipe Attiê, eu estava no comando de uma viatura da Rotam, na favela da Ventosa, e, em uma simples abordagem, meu patrulheiro voltou para casa paraplégico. Então, V. Exa., não pode pensar que é errado um capitão aposentado, com 49 anos, ganhar R\$15.000,00. Portanto, quero lembrar a V. Exa. que há inúmeros outros exemplos, como os cargos comissionados do governo; como a Secretaria de Direitos Humanos, criada apenas como cabide de emprego para o ex-deputado Nilmário Miranda; e como os cargos da Cemig. Então, por favor, utilize outro exemplo. Esse não dá. A profissão de polícia, deputado Dalmo, vai muito além do que as pessoas imaginam. Ela é muito espinhosa. Você sai de casa, mas não sabe se volta. O Cb. Vandeck não voltou até hoje. Aécio Neves não teve coragem de ver as fotos do Cb. Vandeck quando ele tomou um tiro de fuzil 7,62 na cidade de São Gotardo, no dia 9/1/2007. Também o Cb. Marcos Marques da Silva e o vigilante Leonardo José Mendes saíram de casa no dia 10 de julho e não voltaram. Então, a profissão de polícia é muito espinhosa. Tirar 35 anos na burocracia, dentro da Assembleia, do Ministério Público, do Tribunal de Contas ou na Cidade Administrativa é feijão sem bicho, é de saca amarrada. Mas 30 anos de polícia, de bombeiro ou no sistema prisional são outros quinhentos; é outra história.

Então, eu queria fazer esse apelo a V. Exa.: vamos pegar os outros exemplos, os contracheques absurdos. Por exemplo: José Afonso Bicalho – R\$70.000,00 por mês; Helvécio Magalhães – R\$70.000,00 por mês; Marco Antônio – R\$70.000,00 por mês. Isso é cabide de emprego! Mas para o restante... No governo do PT, o salário de 157 mil servidores continua parcelado há um ano e nove meses. V. Exa. é um deputado sério, honrado, transparente e preparado, mas, por favor, esse exemplo não cabe no contexto do que estamos falando. Parabéns por todo o restante da fala de V. Exa., menos pelo exemplo do capitão que está aposentado e ganhando R\$15.000,00 depois de 30 anos quebrando pedra e defendendo a sociedade.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Eu gostaria de responder ao deputado Sargento Rodrigues. Já disse a V. Exa. que estamos discutindo déficit da previdência, e o grupo que mais contribui para o déficit da previdência em Minas Gerais é composto da Polícia Militar e dos professores. Isso não é invenção minha, sargento; está lá. Os professores são 200 ou 300 mil e os policiais são 50 mil. Isso não é um problema. Político não gosta de falar a verdade, mas está lá. Isso é aritmética.

Ninguém disse que os professores ou os profissionais da Polícia Militar não merecem uma aposentadoria. O que estou discutindo é isso, e até acho, sargento, que, se houver uma reforma da previdência, quem tem de ser poupado...

Thomas Hobbes, o primeiro teórico do Estado, disse que o homem é o lobo do homem.

O Estado existe, com o seu poder de polícia, para garantir que a sociedade funcione e que o homem não seja o lobo do próprio homem. O Estado brasileiro tem de ter o Exército, a Marinha, a Aeronáutica e as suas polícias muito bem integradas. Essa é a função número um do Estado. Antes de existir o Estado social, o Welfare State, nos anos 1950, da Beatrice Webb, do Gramsci e de outros teóricos do Estado, Thomas Hobbes disse: “O homem é lobo do próprio homem, e o governo tem de ter uma polícia para controlar a sociedade, o poder de polícia”. Concordo com isso. Essa função é precípua do Estado. Aliás, até concordo que se faça uma discussão sobre se será com 30 ou 20, aquilo que o Estado dá conta de pagar. Ninguém é contra. Queremos que a polícia tenha a mesma aposentadoria que recebe um cidadão que está aqui sentado o dia inteiro. V. Exa. tem razão. Concordo e assino embaixo do que V. Exa. está dizendo.

Agora, citei esses exemplos. Se eu não puder citar o exemplo dos principais grupos, dos auditores-fiscais, da polícia... Se foi número reduzido, sargento, os que mais oneram são os do Tribunal de Justiça. No Tribunal de Justiça, não existem 50 mil nem 200 mil como na educação. Isso aí tem de ser discutido sem esse oba-oba de cada categoria. Precisamos discutir isso de forma séria.

Quando vou falar matematicamente, não posso querer culpar e dizer que o problema da previdência é o salário do Afonso ou do secretário Helvécio, porque aí estou dizendo, deputado Sargento... O Alckmin, ontem, arregalou os olhos quando lhe contei que o déficit do ano passado, no orçamento de R\$81.000.000.000,00, foi de R\$15.000.000.000,00. Ele estava reclamando do déficit dele. Num orçamento de R\$207.000.000.000,00, ou seja, um orçamento 2,5 maior que o de Minas, ele estava reclamando de R\$17.000.000.000,00. No nosso orçamento de R\$81.000.000.000,00, o déficit foi de R\$15.000.000.000,00! Ele arregalou os olhos, levou um susto e, fora do microfone, disse: “Nossa!”. O Dalmo estava lá. Não é, Dalmo?

Então, deputado Sargento Rodrigues, não sou contra a polícia ter uma aposentadoria especial. Mas é preciso haver uma discussão dos valores, se poderá contar esses 10 anos de fora com os 20, se os auditores da Receita Estadual terão essa aposentadoria, se todo o funcionalismo... Isso vai estourar lá na frente. Quero ver este governador governar este Estado em 1º/1/2019, falido, sem condições de pagar à classe. Aqui vai virar um Rio de Janeiro.

Sargento, concordo com o senhor. As forças de segurança são importantíssimas. Apoio os bombeiros e a polícia em tudo. Não temos como conviver sem a polícia e os bombeiros, porque a segurança é a primeira função do Estado. Não podemos conviver sem a Marinha, o Exército e a Aeronáutica. Senão, o Morales, o Chávez e sei lá quem mais invadirão o Brasil. Quer dizer, viramos o País. A segurança é tudo, sim. Concordo que o Brasil está uma lástima e nunca foi tão violento, perigoso, com tanto insucesso, tráfico e desmandos. As nossas fronteiras nunca foram tão desastrosas. Esse é um setor de prioridade a ser arrumado. Concordo com o senhor em número, gênero e grau. Citei esse exemplo, mas poderia ter citado os altos funcionários do STJ.

O deputado João Leite\* – Deputado Felipe Attiê, creio que o melhor exemplo V. Exa. deu. Bom, é o Sr. Joaquim? É o Sr. José? É a D. Maria?

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – R\$1.100,00.

O deputado João Leite\* – Recebem R\$1.100,00. Do soldado, são R\$4.000,00.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – O serviço de pedreiro também é pouco.

O deputado João Leite\* – O deputado Sargento Rodrigues me disse quanto ganham os Srs. José Afonso e Helvécio: R\$70.000,00. V. Exa. acaba de dizer o que é prioridade para o Estado: educação, saúde e segurança.

Só que o dinheiro não está na segurança, na saúde nem na educação, mas no homem lá de Capelinha, na quantidade de assessores do governador, nos Srs. Helvécio e José Afonso. O Estado tem uma companhia aérea, um avião que viaja por Minas Gerais inteira. Esses são os que o deputado Sargento Rodrigues está citando. Os R\$4.000,00 do soldado representam o déficit deste Estado? Não. O déficit deste Estado está nesses salários aqui.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Eu também tenho alguns afazeres e não posso postergar a minha subida até o meu gabinete. Gostaria de dizer, mais uma vez, ao deputado Felipe Attiê que o governo tem outras áreas onde pode cortar. V. Exa. exemplificou. Nós, da oposição, sabemos quanto ganha o presidente do Conselho de Administração da Cemig, que, por sinal, é o Sr. José Afonso Bicalho. O salário dele é de R\$90.000,00.

Agora, colocar a conta do déficit previdenciário na Polícia Militar e no Bombeiro Militar não dá. Por quê? Porque Estado... Talvez o deputado Felipe Attiê não saiba, mas vou lhe explicar. Se tirar a Polícia Militar das ruas de uma vez só, o Estado em que V. Exa. está desaba. Deputado Dalmo, não fica Legislativo, não fica Judiciário, não fica Ministério Público, não fica Defensoria Pública, ou seja, não fica nenhuma instituição pública neste estado, não funciona nada. Os bancos fecham, os supermercados fecham. Fecha tudo se se sacar a Polícia Militar. Portanto, é uma instituição de Estado extremamente valiosa para a governabilidade.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – E temos a melhor Polícia Militar do País. E não sou fazedor de média. Se a Polícia Militar não fosse, eu não falaria. Não sou policial, então, posso falar.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)\* – Mas queria que V. Exa. me deixasse concluir.

Eu disse aqui que V. Exa. é um deputado sério, honrado, transparente, trabalhador, mas o exemplo que deu não pode ser aplicado no Estado de Minas Gerais, especialmente nesta gestão.

Deputado João Leite, seis secretarias foram criadas depois que Fernando Pimentel, do PT, disse que havia herdado o Estado com R\$7.000.000.000,00 de déficit. Ele criou seis secretarias e milhares de cargos comissionados. Neste ano, ele colocou R\$100.000,00 na propaganda oficial – neste ano e no ano passado. Então, há lugares para cortar. Agora, previdência dos policiais e bombeiros militares, folha de pagamento da Polícia Civil, do Bombeiro Militar e da Polícia Militar e do sistema prisional não é gasto, é investimento, é necessário. E não tem ninguém rico na Polícia Militar e na Polícia Civil, a não ser aqueles que se desviaram de suas atividades e partiram para as atividades criminosas, como parte da classe política fez, dando péssimo exemplo para o País.

Mas repito e reputo: não dá para ter esse exemplo. Um capitão de 49 anos, reformado, ganhar R\$15.000,00, R\$20.000,00 é mais do que justo pelo serviço prestado, pelos espinhos da sua atividade. Essa é a forma que tenho de pensar, e aqui estarei vigilante para que ninguém se atreva a dizer o contrário. Afinal, sei o que é trocar tiro com bandido. Não fui policial militar executivo fardado, não fui almofadinha na Polícia Militar. Fui para o *front*, para a rua e sei o risco que é não voltar para a casa.

Talvez V. Exa. não consiga mensurar isso, não consiga sopesar, porque não caminhou nas ruas, no comando de uma viatura, fazendo enfrentamento do dia a dia. Aí V. Exa. vai dizer assim: “Não. Espere aí, é diferente, é muito diferente”. Mais de duzentos já morreram de 2003 até agora. Nenhuma profissão no mundo, deputado Dalmo, entrega tanta vida como a área da segurança pública. Nenhuma. Vão mexer lá com os almofadinhas, que estão em tantas repartições públicas. Esse, não. Esse pode mexer na reforma da previdência, pode reduzir salários. Mas na área de segurança pública não dá.

Lá nos países europeus e norte-americanos, naquela região dos Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, Austrália, o policial é tratado com muito respeito e com a valorização devida. Aqui, não. Aqui, quando a gente custa a chegar em um patamar mínimo de dignidade, já recebe críticas, dizem que somos os culpados do déficit da previdência.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Sargento, não sou um político que fala o que os outros querem ouvir. Nunca fui e nem sou ligado a nenhuma corporação e nenhum interesse pequeno. Podemos dizer que os melhores quadros do Estado de Minas Gerais... Este estado não funciona sem a polícia lá no governo, ou em qualquer lugar. A Polícia Militar de Minas Gerais é um dos orgulhos deste estado. É uma corporação antiga, tem suas tradições, tem um oficialato de classe. Na verdade, este estado pode até sucumbir na ruína financeira e ele vai sucumbir.

Porque isso não é uma questão de profecia, isso é uma questão de matemática. Esse governador empurra contra o tempo para tentar ganhar a eleição do ano que vem. Mas, quando isso explodir, espero que a polícia esteja de pé. Esta Assembleia hoje está pasma, nessa calma, e talvez eu nem esteja aqui. Provavelmente não estarei aqui no próximo mandato. Vamos ver se chega até lá ou explode no ano que vem, vai depender da situação. Eles estão pedalando a bicicleta para ver se ela não para e continua subindo o morro. Mas, se esse morro ficar muito íngreme, o Estado vai quebrar antes da eleição. E aí a bicicleta cai, e o sujeito rola a ribanceira. É o povo mineiro rolando ribanceira abaixo.

Este governador, deputado João Leite, empurra com a barriga o que está aí para tentar ganhar a eleição em 3 de outubro. É uma loucura, porque, depois que ele ganhar, vai explodir do mesmo jeito. E aí ele não governará, isso aqui vai virar o caos. O meu azar inclusive foi ter essa capacidade de enxergar lá na frente, porque político tem de enxergar o agora mesmo. Político nunca pode enxergar a mais do que o 3/10/2018; político tem de falar o que o eleitor quer ouvir; político tem de dizer o que as pessoas conseguem entender, e não a verdade. Porque a verdade afugenta votos, cria antipatia, uma série de coisas.

Então, deputado Sargento Rodrigues, acredito na Polícia Militar, sim. Não sou de fazer média, eles são invejáveis. Por exemplo, todos os coronéis que se aposentaram lá em Uberlândia são altos funcionários de empresa de segurança, são profissionais demandados. Eu mesmo estou pensando, deputado Sargento Rodrigues, em contratar esse capitão aposentado, que é meu amigo, às vezes até para trabalhar para mim, porque tem disciplina, tem eficiência, tem liderança. Eles são bem formados. A Polícia Militar de Minas Gerais é uma escola, essa polícia segura esses governos, segura esse palácio. É gente competente que sabe enfrentar bandido, que sabe lidar na sociedade brasileira. A Polícia Militar de Minas Gerais, nos seus mais de duzentos anos, é uma escola muito melhor do que muita universidade e faculdade aqui de Belo Horizonte e do Estado de Minas Gerais, em todas as suas áreas.

Tive um motorista que era um cabo, e não há nada mais eficiente do que um sujeito disciplinado e organizado; um sujeito que sabe cumprir ordens, que sabe fazer as coisas, que tem senso. E, quando vai para o oficialato, tem de cuidar de uma equipe; quando vai para o nível de V. Exa., que é um sargento... Basta ver seu exemplo na Assembleia. Não tinha curso superior e fez faculdade. V. Exa. é um deputado combativo, guerreiro, atuante, que estuda leis, aprendeu direito. V. Exa. começou no movimento sindical, teve aquela expulsão da polícia, ganhou com uma votação esplendorosa. V. Exa. mesmo é um exemplo do que é capaz um sargento, que não é oficial, um cabo, ou um oficial da Polícia Militar – para mostrar o tanto que essa corporação é valorosa.

Não estou fazendo média com V. Exa., deputado Sargento Rodrigues. V. Exa. tem seus defeitos, está aqui pela sua corporação, tem seu foco, seu objetivo, não vou entrar na vida de V. Exa. Mas a Polícia Militar de Minas Gerais e o Corpo de Bombeiros são duas instituições que não podemos jamais deixar afundar no Estado, porque o homem é o lobo do próprio homem. Essa foi a teoria do primeiro teórico do Estado, lá no século XVII, Thomas Hobbes, com o seu livro *Leviatã*. E aí o poder de polícia é muito importante, deputado João Leite.

Mas vamos discutir problemas financeiros de aposentadoria fora dessa lógica. Essa é uma lógica em que acredito. Mas o que o Estado de Minas Gerais pode pagar antes de falir? Vamos ver. Isso vai acontecer. Infelizmente posso estar aqui no ano que vem e posso não estar aqui em 2019. Mas será triste e doloroso ver acontecer aquilo que antecipei que ia acontecer já em 2015, pela inércia dos políticos, pela cabeça de pensar em voto 24 horas e por não ter decisões sérias, que precisam ser tomadas para o bem de todos, para o coletivo como um todo, para a maioria das pessoas, para a D. Maria, para o seu Joaquim, para o pedreiro, para o carpinteiro, para o servente, para o professor, para todas as outras categorias.

Devolvo a palavra a V. Exa., esperando que o presidente da Cemig faça a obra lá em Uberlândia e não deixe a estação de tratamento de água dois anos fechada, deputado João Leite.

O deputado João Leite\* – Obrigado, deputado Felipe Attiê. Nunca imaginei estar nesta tribuna e ver essa situação, tanto da Cemig quanto da Copasa. É muito triste. São empresas do povo de Minas Gerais que o PT está destruindo. E o mais impressionante é vermos a possibilidade de geração de emprego, de melhoria da qualidade da vida da população, e o governo do PT destruindo a Cemig, destruindo a Copasa.

Lamentavelmente, restaram 4 minutos para mim, mas tivemos oportunidade de ouvir o deputado Felipe Attiê, o que é sempre muito agradável, pois o deputado tem grande conhecimento de economia e da situação orçamentária do Estado, que é grave. O PT não conseguiu eleger as prioridades da população de Belo Horizonte. Vimos a luta do deputado Fabiano Tolentino em relação à Copasa. Isso é prioridade da população de Minas Gerais, saneamento básico, o que, lamentavelmente, não é do governo do PT.

Tratava do Anel Rodoviário, da trágica rotina do Anel Rodoviário. Aconteceu mais um acidente no anel. Na descida do Olhos d'Água para Betânia – já é tragédia anunciada – aconteceram, recentemente, duas tragédias. O que vamos ver? Primeiro, há uma repercussão, as autoridades falam e logo se calam. E é isso o que está acontecendo neste momento, mas o perigo continua no Anel Rodoviário, na descida do Olhos d'Água-Pilar para o Betânia. Temos ali uma grande rampa, uma descida. Dizia o meu amigo Zé Carneiro, líder dos caminhoneiros: “O Dnit, agora a Via 040 e os governos acham que radar e placa param carretas sem freios. Mas não param. O que pode deter uma carreta sem freio é uma rampa de escape”.

E os governos teimam em se calar e ver a tragédia anunciada acontecendo novamente. Lamentavelmente, vamos ver acontecer de novo, lá na descida, outros acidentes. Não adianta. Estou vendo: “Ah, vai ficar lá a viatura da BHTrans. Vai ficar a viatura da Polícia Rodoviária Estadual”. Viatura, policial na pista, repito, não param carreta sem freio. A carreta sem freio precisa de um escape, o que está numa rampa com brita e areia ou com argila expandida. Essa é a única maneira de parar uma carreta. Várias rodovias já detêm essa possibilidade para os caminhoneiros, para a garantia da vida. Lamentavelmente, vimos a gritaria, vimos o *marketing*, vão para as ruas falar: “Vamos colocar a Polícia Rodoviária Estadual lá, vamos colocar a BHTrans”. Mas não adianta, isso é paliativo. Vamos continuar tendo, lamentavelmente, as tragédias no Anel Rodoviário.

Vimos por 13 anos, líder Arantes, o governo do PT, que antes pichava os viadutos, escrevendo: “SOS Anel Rodoviário. SOS BR-381”. Passaram-se 13 anos, e o governo sem fazer absolutamente nada. O mesmo vale para o metrô. Estamos vendo o que o PT prometeu durante tanto tempo, e nada foi cumprido. Para mim, o mais grave é o Anel Rodoviário.

Outro ponto gravíssimo do anel é o viaduto da Praça São Vicente, no Padre Eustáquio, que é um afunilamento e, lamentavelmente, é outro lugar de acidentes constantes.

Queria ter mais tempo para tratar desse tema. Queremos exigir a construção da rampa de escape, que daria segurança a nossa população. Lamentavelmente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, os governos teimam em buscar paliativos, que não surtirão efeito. Os deputados Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e muitos outros deputados – especialmente o deputado Dalmo Ribeiro Silva, com a MG-290, com aqueles aclives fortes, próximos a sua Ouro Fino e a Inconfidentes – sabem bem o que é uma carreta descendo sem freio. Não há como parar.

O deputado Arantes sabe o peso de um veículo desses, e estamos expondo a nossa população a esse risco constante. Quero lamentar novamente pela tragédia ocorrida no Anel Rodoviário, sem nenhuma solução. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.



## ERRATAS

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 21/9/2017, na pág. 62, onde se lê:

“Gilianno Gilles Ferreira”, leia-se:

“Gillianno Gilles Ferreira”.

### ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/9/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/9/2017, na pág. 5, sob o título “Requerimentos”, no resumo do Requerimento nº 8.637/2017, onde se lê:

“7/7/2017”, leia-se:

“7/9/2017”.

### ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 21/9/2017

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/9/2017, na pág. 9, sob o título “Leitura de Comunicações”, na comunicação da Comissão do Trabalho, exclua-se da lista de requerimentos e acrescente-se na lista de projetos o seguinte trecho:

“1.517/2015, do deputado Carlos Pimenta, e 3.754/2016, do deputado André Quintão, ambos com a Emenda nº 1”.